

OLHAR CRIMINOLÓGICO - REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA - ABC



I Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense



VOLUME 1, ANO 2
ISSN 2594-4223

OLHAR CRIMINOLÓGICO - REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA - ABC



I Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense



VOLUME 1, ANO 2
ISSN 2594-4223

Olhar criminológico: I simpósio brasileiro de criminologia forense /

Associação Brasileira de Criminologia. Vol, 1, ano 2 2018.

Quixadá (CE): ABC.

65 p. : il.

Semestral

Anual, até ano 1 (2017)

Vol. 1, ano 2 (2017-2018)

ISSN 2594-4223

1. Crime – Aspectos sociais. 2. Criminologia. 3. Segurança. I. Título.

CDD-364



A B C

Associação Brasileira
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
CORPO EDITORIAL.....	7
DETERMINAÇÃO DE <i>CAUSA MORTIS</i> EM VÍTIMAS COM SINAIS ASFÍXICOS.....	9
ESTUDO PERICIAL EM LOCAL ONDE OCORREU ACIDENTE DE TRABALHO COM VÍTIMA FATAL.....	13
SUBREGISTRO DE SUICÍDIOS EN EL 13º DEPARTAMENTO DE POLICÍA – MINAS GERAIS, BRASIL (2014-2016).....	18
TRANSCRIÇÃO DE VÍDEO PARA FUNDAMENTAÇÃO DE APFD (AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO).....	27
ANÁLISE QUÍMICO-METALOGRAFICA E IDENTIFICAÇÃO VEICULAR (CLONAGEM).....	31
CRÍTICA A UTILIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DE UMA SOCIEDADE DELINQUENTE.....	36
ANEXO A.....	62
ANEXO B.....	63
ANEXO C.....	64
ANEXO D.....	65
EDITAL.....	68



EDITORIAL

Aqui estamos novamente, com grato orgulho, publicando agora o Volume I - Ano II - da *Revista Internacional da Associação Brasileira de Criminologia: Olhar Criminológico!* Participando nesta Associação, vivemos a velocidade e alcance desta mídia como sequer imaginávamos... Neste último ano, além de concluirmos o I Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense, entregamos um livro, igualmente à esfera internacional: *Manual Prático de Criminología Forense* (ISBN13: 9788491906834)! E, nesse volume, outros seis artigos científicos, fruto da integração entre nossos pares e expansão de nossas ideias...

Quanto ao I Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense, realizado em Quixadá-CE, entre os dias 20 e 21 de outubro do corrente, gostaria de agradecer a calorosa recepção e acolhimento de nosso presidente e esposa, a todos os que se fizeram presentes... que pena dispormos de apenas dois dias! Ali, os participantes foram brindados com as seguintes apresentações:

- “A Criminalística do suicídio duvidoso e intervenção social”;
- “O papel do criminólogo: luzes e sombras”;
- “Considerações sobre o resíduo de disparo de arma de fogo”;
- “Criminologia do adolescente em conflito com a lei”;
- “A Criminalística da atividade pericial”;
- “A evolução dos indicadores de mortes violentas no Brasil”;
- “Análise da veracidade e detecção da conduta delitiva”;
- “Crítica à utilidade político-econômica de uma sociedade delincente”;
- “O crime como produto: o nascimento da Criminologia Midiática”.

Além destas, a explanação de quatro painéis, neste volume publicados:

- “Estudo Pericial em local onde ocorreu acidente de trabalho com vítima fatal”;
- “Determinação de *causa mortis* em vítimas com sinais asfíxicos”;
- “Análise químico-metalográfica e identificação veicular (clonagem)”;
- “Transcrição de vídeo para fundamentação de APFD (Auto de prisão em flagrante delito)”.



A B C

Associação Brasileira
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Desta feita, e agradecendo a participação de todos, esperamos que este novo volume, também contemplado com os seguintes artigos: “Subregistros de suicídios em el 13°. Departamento de Policía – Minas Gerais, Brasil (2014 – 2016)” e “Utilidade da tecnologia de Reconhecimento Automático Facial aplicada na Análise da Conduta Criminal: um estudo de caso“, possam compor bibliografia para seus trabalhos e estudos.

Honrado, convido-o a somar conosco na Associação Brasileira de Criminologia. Associe-se!

Gilmar Dias Rodrigues

Delegado Associação Brasileira de Criminologia no estado de Minas Gerais.



A B C

Associação Brasileira
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

CORPO EDITORIAL

Editor responsável

Francisco Geraldo Fernandes de Almeida

Comissão executiva e Revisão Editorial

Gilmar Dias Rodrigues

Janderson Morais da Silva

Maria Isllingthia Dantas do Ó

Renata Karla Peres Rodrigues

Walter de Lacerda Aguiar

Comissão Internacional

Ivette Irene Cardenas Ramirez

Jose Luis Alba Robles

Nathalia Carolina Coronel Espínola

Fabiel Augusto Bück Cuevas

Paula Inés Aramburu



A B C

Associação Brasileira
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Conselho Editorial

Armstrong Braga Ferreira

Bruno Bezerra de Macedo

Francisco de Assis Roberto Santiago

Julio Cesar Ischiara

Nestor Manieri da Cunha Pinto

Rildo Tavares Silveira

Taciana de Lima Machado

Andre Militao de Lima

Maxson Luiz da Conceição

Milene Silva P. do Val

Bruno Noronha Lima

Anderson Tamborim

Diagramação:

Eduardo Tognon

Projeto Gráfico:

Janderson Moraes da Silva



DETERMINAÇÃO DE CAUSA MORTIS EM VÍTIMAS COM SINAIS ASFÍXICOS

Autores: Jordana Alves da Cunha Silva¹, Kádima Caldeira Santos², Simara Carolina Mota³
Orientadores: Renata Karla Peres Rodrigues⁴, Romero Eustáquio Carazza⁵ (Peritos Criminais)

^{1,2,3} Universidade Federal de São João del-Rei/MG

^{4,5} 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete/MG

pericialafaiete@gmail.com

Resumo – Os peritos criminais vêm enfrentando dificuldades na detecção de drogas sintéticas, devido às modificações químicas nas estruturas de substâncias existentes, bem como à velocidade com que outras tantas são disponibilizadas no “mercado ilegal”, exigindo o aprimoramento de métodos analíticos e aproximação da atividade pericial de campo à laboratorial. Nesse sentido, o presente trabalho sintetizou o estudo de um levantamento de local de duas vítimas fatais por processo asfíxico, sendo coletada uma cápsula com residual de substância não identificada, próxima aos cadáveres.

O objetivo principal foi realizar análises laboratoriais técnicas e específicas para verificar se a substância encontrada culminou no óbito de ambas as vítimas. Empregaram-se as seguintes técnicas: análise de potencial hidrogeniônico (pH), teste de imunoenensaio em membrana reativa, cromatografia a gás acoplada, cromatografia a líquido e espectrometria de massas; revelando o consumo de substâncias entorpecentes associadas a opiáceo (analgésico de uso restrito hospitalar/veterinário) pelas duas vítimas resultando em processo asfíxico

fatal. Concluiu-se que o trabalho conjunto e direto de toxicologistas forenses e peritos criminais otimiza a determinação da dinâmica do fato delituoso e sua conclusão, respondendo de forma célere a sociedade.

Palavras-chave – Asfixia - perícia criminal - toxicologia forense.

Abstract – Forensic Scientists have been facing difficulties in detecting synthetic drugs due to chemical modifications in the structures of existing substances, as well as the speed with which so many are available in the "illegal market", requiring the improvement of analytical methods and the approximation of the field forensic activity to the laboratory. In this sense, the present research summarized the study of a location survey of two fatal victims by asphyxiation, and a capsule with residual of unidentified substance was collected, close to the cadavers. The main objective was to perform technical and specific laboratory analysis to verify if the substance found culminated in the death

of both victims. The following techniques were carried out: potential of hydrogen (pH) analysis, reactive membrane immunoassay test, coupled gas chromatography, liquid chromatography, and mass spectrometry; revealing the consumption of narcotic substances associated with opiate (analgesic of restricted hospital/veterinary use) by the two victims resulting in a fatal asphyxial process. It was concluded that the joint and direct work of forensic toxicologists and forensic scientists optimizes the determination of the crime and its conclusion, responding quickly to society.

Key-Words – Asphyxia - forensic toxicology – forensic science.

I. INTRODUÇÃO

Na data de 14 de abril de 2018, foi realizado o procedimento de levantamento pericial na cidade de Conselheiro Lafaiete, MG. O perito criminal de plantão na 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística desta cidade foi solicitado para efetuar o exame de local envolvendo dois jovens (identificados como vítima A, do sexo masculino; e vítima B, sexo feminino) em óbito por processo asfíxico.

O perito constatou a integridade dos sistemas de trancamento das portas e janelas do imóvel onde jaziam os vitimados; além disto, não foram verificados sinais de luta corporal e/ou desordem do ambiente, que inicialmente descartaria a hipótese da participação de terceiros em eventual homicídio. Corroborando com o que foi descrito, os jovens evidenciavam clássicos sinais de asfixia,

tais como cogumelo de espuma, extremidades cianóticas, manchas de esclera e hiperemia. No local também foi recolhida uma cápsula com residual de substância não identificada, remetida à análise química.

O objetivo do trabalho foi realizar a pesquisa toxicológica na amostra coletada no local e nas vítimas (nestas quando em procedimento necroscópico) e determinar, por meio de análises técnicas específicas, se a substância encontrada culminou no óbito daquelas.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

As amostras foram coletadas e encaminhadas para análises a fim de identificar a substância e constatar a relação da mesma com o processo asfíxico verificado em ambas as vítimas. Foram obtidas amostragens viscerais, sanguíneas e de urina, e procedidas as seguintes análises:

- No conteúdo estomacal, procedeu-se à análise de potencial hidrogeniônico (pH) e a pesquisa de cianeto através de fitas reativas com ácido pícrico;
- A amostra de urina foi submetida a teste de imunoensaio em membrana reativa;
- Na substância e para o sangue foram empregadas as técnicas de Cromatografia a Gás acoplada e Cromatografia a Líquido, acopladas a Espectrometria de Massas (CLAE). (Passagli, *et al.* [1] e Pavia e Lampman. [2]).

Associou-se à pesquisa de alguns praguicidas,

fármacos e drogas de abuso, e/ou seus respectivos metabólitos, por comparação com bibliotecas eletrônicas (NIST).

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a vítima A, a partir da pesquisa toxicológica, nas amostras acima especificadas, foram detectadas a presença das seguintes substâncias: COCAÍNA, LIDOCAÍNA, THC e/ou seus metabólitos, e FENTANILA.

De modo semelhante, na vítima B: COCAÍNA e seus metabólitos: COCAETILENO, ÉSTER DE METIL ECGONINA E ÉSTER DE ETIL ECGONINA, LIDOCAÍNA, THC e/ou seus metabólitos, FENTANILA E METILENODIOXIMETANFETAMINA (MDMA).

O resultado da análise da cápsula encontrada foi positivo para a FENTANILA, um fármaco analgésico opiáceo, utilizado como anestésico e analgésico na medicina humana e veterinária. A dose letal estimada da Fentanila em humanos é de 2 mg (dois miligramas). Foi identificada pelas técnicas de cromatografia, conforme Figura 1.

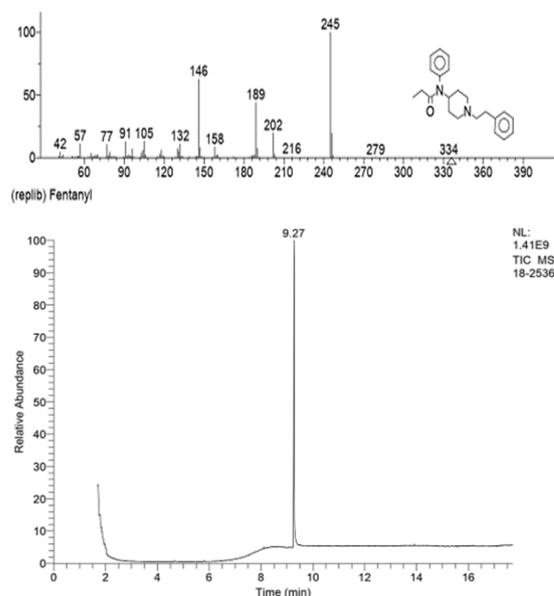


Figura 1. Perfil cromatográfico da amostra e Perfil espectral do pico com $t_r = 9,27$ min.

Interações podem ocorrer quando a Fentanila é associada a outros entorpecentes como heroína, cocaína, álcool e demais depressores do Sistema Nervoso Central, por exemplo, benzodiazepinas. A sobredosagem resulta em depressão respiratória. A morte súbita também pode ocorrer por causa de parada cardíaca, reação anafilática grave ou por asfixia (Emcdda. [3]). O processo asfíxico pode ser identificado por sinais como, cogumelo de espuma, extremidades cianóticas, manchas na esclera e hiperemia, sinais estes encontrados nas vítimas do caso em estudo, como pode ser observado na Figura 2.



Figura 2. Fotos das vítimas, do caso em estudo, indicando os sinais característicos de morte por asfixia.

IV. CONCLUSÃO

Os perfis cromatográficos, espectro de massas e a pesquisa toxicológica permitiram identificar que as substâncias presentes nas amostras coletadas nas vítimas e na cápsula encontrada pelo perito de local foram determinantes para a consumação do óbito por processo asfíxico; estabelecendo a relação direta

e necessária entre levantamento de local e análises laboratoriais físico-químicas procedidas.



REFERÊNCIAS

1. PASSAGLI, M.P.; MARINHO, P.A., LORDEIRO, R. A. Cromatografia e Espectrometria de Massas em Análises Forenses. In: PASSAGLI, M. P. Toxicologia Forense - Teoria e Prática. 4ed., Campinas: Millennium editora, p.455-482, 2013.
2. PAVIA, D.L.; LAMPMAN, G. M. Introdução à Espectroscopia, 4ed., Cengage Learning, 716p, 2010.
3. European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction < <http://www.emcdda.europa.eu/publications/drug-profiles/fentanyl> > Acesso em: 28 de setembro de 2018.



ESTUDO PERICIAL EM LOCAL ONDE OCORREU ACIDENTE DE TRABALHO COM VÍTIMA FATAL

Autores: Fábio Nogueira da Silva Costa¹, Juliane Cristina Romualdo², Samuel Azevedo Fonseca³

Orientadores: Fernando da Silva Barros⁴, Milene Silva de Pinho do Val⁵ (Peritos Criminais)

^{1,2,3} Universidade Federal de São João del-Rei/MG

^{4,5} 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete/MG

pericialafaiete@gmail.com

Resumo – A amplitude do campo de atuação do Perito Criminal faz com que profissionais de diversas áreas de formação enfrentem situações múltiplas no exercício da atividade pericial, demandando muitas vezes conhecimentos específicos para análise e solução do fato concreto. Os saberes específicos se somam numa sinergia capaz de trazer elucidação e resolutividade para casos reais, muitas vezes complexos e diversificados. Dentre esse conjunto de saberes específicos, se destacam os da área da Engenharia Legal; daí a relevância de se inserir tal abordagem na prática do estágio obrigatório disponibilizado pela 2ª. Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete junto aos acadêmicos da Universidade Federal de São João del-Rei, a fim de viabilizar a esses novos profissionais, fundamentos que os orientarão a conduzir os trabalhos afetos à área em destaque, garantindo conhecimento e prática do trabalho pericial. O objetivo geral deste trabalho foi demonstrar ao acadêmico a avaliação dos aspectos técnicos oriundos de um levantamento de local no âmbito da Engenharia Legal, permitindo a emissão de parecer técnico acerca do objeto de estudo,

mediante a elaboração de Laudo Pericial; e, para tal utilizou-se a análise dos vestígios descritos no local estudado associados às Normas Técnicas e Legislação aplicáveis à situação laboral em pauta.

O resultado desse estudo relacionou-se ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual necessários à atividade exercida pela vítima, dentre outras medidas de segurança previstas; sendo concluído que o acidente de trabalho resultou da precariedade do método empregado para a execução da atividade bem como descumprimento da normatização prevista.

Palavras-chave – Acidente de trabalho - criminalística - engenharia legal.

Abstract – The range of the Forensic Scientist's field of action makes professionals from different training areas face multiple situations in the exercise of forensic activity, often demanding specific knowledge for analysis and solution of the concrete fact. Specific knowledge is added in a synergy capable of elucidating and resolving real cases, often



complex and diversified. Within this set of specific knowledges, those of the Legal Engineering field stand out; hence the importance of inserting such an approach in the practice of the mandatory internship provided by the 2nd. Regional Technical Section of Criminalistics of Conselheiro Lafaiete, together with the academics of the Federal University of São João del-Rei, to enable to these new professionals, fundamentals that will guide them through the tasks in the highlighted area, guarantees quality information, and best practices of forensic work. The general objective of this research was to demonstrate to academia the evaluation of the technical aspects of a site survey in the scope of Legal Engineering, allowing the issuance of technical report about the object of study, through the elaboration of Forensic Report; and, for this purpose, the analysis of the traces described in the study site associated with the Technical Norms and Legislation applicable to this labor situation was used.

The result of this study was related to the use of the Personal Protection Equipment necessary for the activity carried out by the victim, among other expected security measures; and it was concluded that the work accident resulted from the precariousness of the method used for the execution of the activity as well as non-compliance with the standards set in place.

Key-Words – Criminalistics - legal engineering - work accident.

I. INTRODUÇÃO

Em 20 de novembro de 2014, foi solicitado ao

perito criminal plantonista na 2ª. Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete, o levantamento pericial em local onde ocorreu um Acidente de Trabalho por queda, no perímetro urbano do município de Porto Firme/MG.

No local o perito constatou que se tratava de um imóvel residencial de três pavimentos. O segundo pavimento possuía uma varanda formada por laje suspensa em balanço, guarnecida por grade metálica, a uma altura de aproximadamente 3,00 m do piso da via pública; onde a vítima finalizava a instalação de uma cobertura de telhas cerâmicas, sobre engradamento de madeira, do tipo alpendre (em balanço na extremidade anterior), quando referida estrutura ruiu, causando a queda do trabalhador.

O objetivo deste trabalho foi realizar o estudo técnico do Laudo Pericial e determinar, por meio dos vestígios relatados, o(s) fator(es), que contribuiu(ram) ou determinou(aram) a queda da vítima, no âmbito da Engenharia Legal.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas análises a fim de identificar as Normas Técnicas e Legislação aplicáveis àquela situação laboral. Também foram analisados e interpretados os vestígios encontrados no piso da via, no passeio público, nos destroços do desabamento e no segundo pavimento; conforme descrito no laudo pericial em estudo.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideraram-se os seguintes vestígios:

No piso da via, presença de grande quantidade de fragmentos de telhas cerâmicas, estruturas e peças em madeira; presença de extensa mancha de sangue, evidenciando o local de queda da vítima.



Figura 1

No terço direito do piso da varanda, presença de uma escada metálica articulável, indicando que, quando do desabamento da estrutura, a vítima trabalhava naquela região. Amassamentos na grade metálica que guarnecia a varanda, produzidos quando do desabamento do engradamento de madeira.



Figura 2

Na parede em alvenaria de tijolos vazados, revestida por lajotas cerâmicas, presença de seis perfurações, produzidas por broca 12 mm de furadeira, dispostas em duplas, às extremidades e mediana daquela parede, todos apresentando escarificações, tendo as lajotas em seu entorno fraturadas e/ou desprendidas, alguns desses orifícios contendo fragmentos de buchas plásticas.



Figura 3



Figura 4

Presença, dentre os destroços, de três estruturas triangulares de madeira do tipo cantoneiras (mão francesa), encontrando-se inseridos em cada uma, nas peças verticais de apoio à parede, com 6,0 cm de largura, dois parafusos medindo 3/8' x 100 mm, alguns deles ainda guarnecidos pelas respectivas buchas plásticas, verificando-se que apenas um segmento dos parafusos, inferior a 40 mm, se prestava como extremidade ativa para penetração no anteparo, no caso em estudo, a parede frontal em alvenaria de tijolos vazados, revestida por lajotas cerâmicas fixadas por argamassa, formando camada de aproximadamente 12 mm naquela parede. Há que se ressaltar que as cantoneiras tinham como função servir de suporte ao engradamento e cobertura do telhado.



Figura 5

IV. CONCLUSÃO

Não foi possível apurar o uso dos Equipamentos de Proteção Individual necessários à atividade exercida pela vítima, uma vez que foi socorrida; entretanto, não foram encontrados, na obra examinada, cordas e/ou pontos de ancoragem para que o cinto paraquedista fosse prendido, evitando queda em caso de acidente, dentre outras medidas de segurança previstas na NR-35 Trabalho em Altura, do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria SIT n.º 313, de 23 de março de 2012). Também não foi apresentado à Perícia qualquer projeto, contrato e/ou demais documentações, previstos pela Legislação vigente, em todos os seus âmbitos.

**A B C**Associação Brasileira
de Criminologia

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Foi concluído que o desabamento em estudo, que causou a queda de altura vitimando o trabalhador, resultou da precariedade da fixação do engradamento do alpendre (insuficiente à carga a ser suportada) agravado pelo descumprimento das medidas de segurança/normatização previstas.

REFERÊNCIAS

1. Marcelo Corrêa Mendonça. Engenharia Legal - Teoria e Prática Profissional. 3ªed. Editora Pini, 2015
2. Tito Lívio Ferreira Gomide. Engenharia Legal - Novos Estudos. Editora Leud, 2008.



SUBREGISTRO DE SUICÍDIOS EN EL 13° DEPARTAMENTO DE POLICÍA – MINAS GERAIS, BRASIL (2014-2016)

Autor (a): Renata Karla Peres Rodrigues

Perita Criminal Oficial - 2ª. Seção Técnica Regional de Criminalística - Minas Gerais, Brasil.

Coordinadora de Pasantía - Criminalística - Universidade Federal de São João del Rei/PCMG. Minas Gerais, Brasil.

pericialafaiete@gmail.com

Resumen – El presente estudio tuvo por objetivo elaborar estadísticas de suicidios que tuvieron lugar en el 13°. Departamento de Policía de Minas Gerais entre los años 2014 - 2016 con los fines de verificar la existencia de subregistros. La investigación realizada fue de tipo cuanti-cualitativo, su unidad de análisis el 13° Departamento de Policía Civil de Minas Gerais y la variable las estadísticas de suicidios. En cuanto a la metodología empleada, se analizaron los certificados de defunción realizados por la Morgue del 13° Departamento de Policía, emitidos entre los años 2014 - 2016 que fueron comparados con los datos del Ministerio de la Salud Brasileiro. A partir de esta investigación se confirmaran los subregistros y fueron confeccionadas estadísticas sobre el suicidio, actualizando los datos registrados del Sistema de Salud Pública de la región involucrada en este estudio.

Palabras clave: Estadísticas, subregistros, suicidio.

Abstract – The following work aimed to elaborate the suicide statistics in the cities localized in the 13°

Police District in Minas Gerais, between 2014–2016, in order to implement actions for prevention. As specific objectives the following paper intended to estimate the criminalistics suicide data registered at 13° Police District, identify intersectoral and interdisciplinary actions in order to inform the population and raise awareness regarding suicide as a problem of public health that can be prevented; also to explore the current bills targeting the implementation of permanent programs of suicide prevention. The research method used was denominated “mixed research”. The following paper was defined as quanti-qualitative, having as exploratory-descriptive purpose. The paper had the analysis unit established in the 13° Police District of Minas Gerais. As main variables, the suicide statistics, and its sub-variables, the criminalistics suicide data, the intersectoral and interdisciplinary actions, and passing legislation were presented. Expert reports and necropsies reports produced, referred as suicide between 2014-2016 by the 13° Police Department, were deployed as technic, instrument and selection criteria for the study. Throughout the paper, criminal statistics data were produced that updated the Regional Public Health

System of Conselheiro Lafaiete, offering reliable information that culminated on the implementation of actions targeting the suicide prevention.

Keywords: Suicide, statistic, underante.

I. INTRODUCCIÓN

Para la abordaje del suicidio e identificación de la magnitud del problema es imprescindible la confección de estadísticas confiables correspondientes a región donde se desarrollará cualquier estudio (Trigueiro, 2015).

Según datos compilados por la OMS (WHO, 2013), la República Federal de Brasil está entre los países que registran números significativos de suicidios, aunque las cifras provistas por el sistema de información del Ministerio de Salud se encuentran subestimadas (Botega, 2015). Por lo tanto, resulta difícil determinar la magnitud de la brecha que existe entre el número real de suicidios y los registros estadísticos oficiales. Así, los datos de mortalidad que brinda el sistema de información del Ministerio de Salud pierden confiabilidad (Vanrell, 2016).

A través de la comparación de datos criminalísticos, registros oficiales, es posible obtener datos seguros y confiables, a partir de los cuales, las secretarías de salud y servicios sociales podrán ofrecer informes que reflejen de un modo consistente la magnitud que representa el problema del suicidio (Meleiro, 2004).

Así, la presente investigación se lleva a cabo con el propósito de que se establezca una comprensión más amplia de las cifras de este

fenómeno en el período y región estudiados.

Para una mejor explicación, este estudio se encuentra segmentado del siguiente modo: en primer lugar se hace una revisión bibliográfica sobre el subregistro del suicidio. En la segunda parte se explicitan el objetivo de la presente investigación y la metodología empleada para su desarrollo. A continuación, se enumeran los resultados, la conclusión y las referencias bibliográficas.

Problema

En la Morgue del 13º Departamento de Policía Civil de Minas Gerais, se detectó la existencia de subregistros de suicidios consumados. Esos números no corresponden a los datos registrados en el Sistema de Salud Brasileiro (DATASUS) en la región y período estudiados.

Antecedentes

Según los registros de la Organización Mundial de la Salud (OMS), el suicidio es la causa responsable de un millón de muertes al año (WHO, 2014). Cada 45 segundos se produce un suicidio en algún lugar del planeta y en transcurso de un año, esta cifra supera la suma de todas las muertes causadas por homicidios, accidentes de transporte, guerras y conflictos civiles (WHO, 2014).

Hay que tener en cuenta que la Organización Mundial de la Salud enfatiza la necesidad de que los gobiernos desarrollen estrategias para la detección y cuantificación de estas cifras a los fines de proponer estrategias preventivas del suicidio, el cual constituye un grave problema de salud, entre



otros.

El DATASUS (Departamento de Informática del Sistema Único de Salud) de Brasil es un órgano que pertenece a la Secretaría Ejecutiva del Ministerio de Salud cuyo funcionamiento se relaciona directamente con la acción productora, receptora, ordenadora y diseminadora de informaciones.

Todavía, se observa en el DATASUS, de manera general, una forma de actuar bajo demandas aisladas, independientes y desvinculadas unas de otras, generando sistemas de información que no presuponen una perspectiva integradora. Se trata de un escenario de fragmentación que dificulta la visibilidad de la información contenida en los diversos sistemas de información, creando obstáculos o incluso inviabilizando prospecciones y análisis de cuestiones relativas a la salud de la población. (Ferraz, 2009).

Las cifras provistas por el sistema DATASUS se encuentran subestimadas (Botega, 2015) resultando extremadamente difícil determinar la relación existente entre los números de suicidios y los registros estadísticos oficiales.

Objetivos

Elaborar estadísticas de suicidios en el 13°

Departamento de Policía Civil de Minas Gerais, desde el año 2014 al 2016, a los fines de confirmar la existencia de subregistros.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

La investigación realizada fue cuantitativa, su unidad de análisis fue el 13° Departamento de Policía Civil de Minas Gerais, y la variable principal las estadísticas de suicidios consumados.

En cuanto a la metodología empleada, se analizaron los certificados de defunción realizados por la Morgue del 13° Departamento de la Policía Civil de Minas Gerais, emitidos entre los años 2014 - 2016, referidos como suicidios.

Estadísticas de suicidios - Año 2014 -2016

A continuación, se presentan las tablas en las que se observan el registro de suicidios consumados en el 13° Departamento de Policía de Minas Gerais entre los años 2014 - 2016, en las cuales se toma en cuenta los siguientes datos: mes, sexo, edad, medio empleado, estado civil y número de caso registrado en la Morgue del Puesto de Pericia Integrada de Conselheiro Lafaiete.



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Tabela 1: Suicídios - Año 2014

Mês	Sexo	Edad	Medio empleado	Estado civil	Caso
Enero	Masculino	22	Ahorcamiento	Soltero	08/2014
Marzo	Masculino	92	Ahorcamiento	Viudo	763/2014
Abril	Masculino	15	Ahorcamiento	Soltero	889/2014
Abril	Masculino	62	Ahorcamiento	Viudo	894/2014
Abril	Masculino	86	Ahorcamiento	Viudo	898/2014
Mayo	Masculino	53	Ahorcamiento	Casado	1179/2014
Junio	Masculino	62	Ahorcamiento	Soltero	1337/2014
Junio	Masculino	45	Ahorcamiento	Separado	1376/2014
Julio	Masculino	31	Ahorcamiento	Soltero	1434/2014
Septiembre	Masculino	55	Ahorcamiento	Soltero	1023/2014
Septiembre	Masculino	32	Ahorcamiento	Soltero	1050/2014
Septiembre	Masculino	72	Ahorcamiento	Soltero	1068/2014
Septiembre	Masculino	71	Ahorcamiento	Viudo	1078/2014
Septiembre	Masculino	50	Ahorcamiento	Divorciado	1093/2014
Septiembre	Masculino	37	Ahorcamiento	Casado	2178/2014
Octubre	Masculino	40	Ahorcamiento	Soltero	2408/2014
Octubre	Masculino	22	Ahorcamiento	Soltero	1258/2014
Noviembre	Masculino	53	Ahorcamiento	Divorciado	2466/2014
Diciembre	Masculino	55	Ahorcamiento	Separado	2738/2014
Diciembre	Masculino	35	Ahorcamiento	Casado	2739/2014
Diciembre	Masculino	41	Ahorcamiento	Casado	2774/2014

Tabla 2: Suicidios - Año 2015

Mês	Sexo	Edad	Medio empleado	Estado civil	Caso
Enero	Masculino	25	Ahorcamiento	Soltero	02/2015
Enero	Masculino	48	Ahorcamiento	Casado	033/2015
Enero	Masculino	56	Ahorcamiento	Viudo	078/2015
Marzo	Masculino	24	Ahorcamiento	Casado	612/2015
Marzo	Masculino	37	Ahorcamiento	Separado	239/2015
Marzo	Masculino	39	Ahorcamiento	Soltero	696/2015
Marzo	Masculino	22	Ahorcamiento	Soltero	816/2015
Marzo	Masculino	33	Ahorcamiento	Soltero	822/2015
Marzo	Masculino	26	Ahorcamiento	Soltero	827/2015
Abril	Femenino	35	Ahorcamiento	Soltero	1155/2015
Mayo	Masculino	63	Ahorcamiento	Viudo	1320/2015
Junio	Masculino	59	Ahorcamiento	Divorciado	1684/2015
Julio	Masculino	53	Ahorcamiento	Separado	1894/2015
Julio	Masculino	28	Ahorcamiento	Divorciado	2086/2015
Julio	Femenino	15	Ahorcamiento	Soltero	2141/2015
Agosto	Masculino	20	Ahorcamiento	Soltero	2305/2015
Septiembre	Masculino	58	Ahorcamiento	Divorciado	2664/2015
Octubre	Masculino	23	Ahorcamiento	Soltero	2958/2015
Octubre	Masculino	40	Ahorcamiento	Soltero	3010/2015
Octubre	Masculino	23	Ahorcamiento	Soltero	3052/2015
Noviembre	Masculino	47	Ahorcamiento	Casado	3200/2015
Diciembre	Masculino	47	Ahorcamiento	Separado	3437/2015
Diciembre	Masculino	48	Ahorcamiento	Casado	1430/2015



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Tabla 3: Suicidios - Año 2016

Mes	Sexo	Edad	Medio empleado	Estado civil	Caso
Febrero	F	63	Atropellamiento	Viudo	137/2016
Febrero	M	30	Ahorcamiento	Soltero	153/2016
Marzo	M	56	Ahorcamiento	Casado	227/2016
Marzo	M	34	Ahorcamiento	Soltero	4677151
Marzo	M	30	Ahorcamiento	Soltero	301/2016
Marzo	F	13	Ahorcamiento	Soltero	314/2016
Marzo	M	39	Ahorcamiento	Soltero	318/2016
Abril	F	35	Ahorcamiento	Soltero	409/2016
Mayo	M	30	Arma de fuego	Soltero	4885688
Mayo	M	58	Ahorcamiento	Soltero	569/2016
Junio	M	61	Ahorcamiento	Soltero	718/2016
Julio	M	41	Ahorcamiento	Soltero	824/2016
Agosto	F	28	Ahorcamiento	Separado	887/2016
Agosto	F	54	Ahorcamiento	Separado	903/2016
Octubre	M	60	Arrojarse al vacío	Separado	1163/2016
Octubre	M	53	Ahorcamiento	Casado	1202/2016
Octubre	M	59	Ahorcamiento	Separado	5419126
Octubre	M	38	Ahorcamiento	Casado	1261/2016
Noviembre	M	21	Ahorcamiento	Soltero	1300/2016
Diciembre	F	53	Intoxicação aguda	Casado	1443/2016
Diciembre	M	48	Arrojarse al vacío	Soltero	1458/2016



Las tablas 4, 5 y 6 demostradas a continuación presentan los números oficiales que figuran en los registros Sistema Público de Salud Brasileño - DATASUS, correspondientes al período estudiado y las divergencias encontradas entre los registros en este sistema y aquellos obtenidos en el análisis de los Laudos Periciales involucrados.

Tabla 4: Suicidios 2014-2016: DATASUS

Año	Número de suicidios
2014	7
2015	11
2016	13

Tabla 5: Suicidios - 2014-2016: Morgue Conselheiro Lafaiete

Año	Número de suicidios
2014	21
2015	23
2016	21

Tabla 6: Subregistros - promedio - 2014-2016

Año	Número de suicidios
2014	200%
2015	209,1%
2016	61,54%

III. RESULTADOS

El total de suicidios registrados en el 13º Departamento de Policía de Minas Gerais durante el año 2014 fue de 21 casos, los cuales presentaron las siguientes características:

- a) **Sexo:** masculino: 21 = 100%
- b) **Estado civil:** Solteros: 9 = 42,85%; casados: 4 = 19,05%; separados: 4 = 19,05%; viudos: 4 = 19,05%
- c) **Medio empleado:** ahorcamiento: 21 = 100%
- d) **Edades:** hasta 35 años: 6 = 28,57%; de 36 a 65 años: 11 = 52,38%; mayores de 65 años: 4 = 19,05%

El total de suicidios registrados en dicho Departamento durante el año 2015 fue de 23 casos, presentando las siguientes características:

- a) **Sexo:** masculino: 21 = 91,3%; femenino: 2 = 8,7%
- b) **Estado civil:** solteros: 11 = 47,83%; casados: 4 = 17,39%; separados: 6 = 26,09%; viudos: 2 = 8,7%
- c) **Medio empleado:** ahorcamiento: 23 = 100%
- d) **Edades:** hasta 35 años: 11 = 47,83%; entre 36 y 65 años: 12 = 52,17%; mayores de 65 años: 0 = 0%

El total de suicidios registrados en durante el año 2016 fue de 21 casos, los cuales presentaron las siguientes características:



- a) **Sexo:** masculino: 15 = 71,43%; femenino: 6 = 28,57%
- b) **Estado civil:** solteros: 12 = 57,14%; casados: 4 = 19,05%; separados: 4 = 19,05%; viudos: 1 = 4,76%
- c) **Medio empleado:** ahorcamiento: 16 = 76,19%; arrojar al vacío: 2 = 9,52%; intoxicación: 1 = 4,76%; atropellamiento: 1 = 4,76%; arma de fuego: 1 = 4,76%
- d) **Edades:** hasta 35 años: 8 = 38,10%; de 36 a 65 años: 13 = 61,90%; mayores de 65 años: 0 = 0%

De los observados, se puede inferir:

- No correspondencia entre la cantidad de suicidios registrados por el Ministerio de Salud de Brasil y en el Puesto de Pericia Integrada de Conselheiro Lafaiete y la Morgue del mismo (en el año 2014 el subregistro de suicidios fue del 200%, en el 2015 fue del 209,1% y en el año 2016 fue del 61,54%).
- Preponderancia del número de jóvenes suicidas
- Modificación del medio empleado (entre 2014 y 2015 = 100% ahorcamiento; a partir de 2016, medios diversos)
- Aumento de suicidios consumados por mujeres (en 2014 no se registró ningún caso; en 2015 se registraron 2 casos y en 2016, 6 casos)
- Mayor frecuencia de suicidio entre individuos solteros, separados, divorciados y viudos.

IV. CONCLUSIONES

El suicidio es un problema cuya magnitud se ignoraba en los municipios elegidos por desarrollar esta investigación. En este sentido, el presente trabajo permitió visibilizar la diferencia existente en cuanto a la cantidad de suicidios consumados según los registros oficiales, siendo menor de los que efectivamente tuvieron lugar.

Esta diferencia fue percibida en la comparación realizada entre los registros oficiales del Ministerio de Salud de Brasil y las autopsias practicadas en la Morgue del 13° Departamento de la Policía Civil de Minas Gerais. Estos datos permitieron comprender la gravedad que reviste el subregistro de suicidios, lo que llevó al poder público al ajuste estadístico y el abordaje de este tema con mayor compromiso.

REFERENCIAS

1. Botega, N. J. (2015). Comportamento suicida: Epidemiologia. *Psicologia USP*, 25(3), 231–236.
2. DATASUS – Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – Brasília, DF: Ministério da Saúde.
Recuperado de:
http://w3.DATASUS.gov.br/APRESENAPRES/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf
3. Ferraz, L. H. V. da C. (2009). O SUS, o DATASUS e a informação em saúde: uma proposta de gestão participativa. Rio de Janeiro: Fiocruz. 109 f.



4. Machado, M. F., da Silva Leite, C. K., & Bando, D. H. (2014). Políticas públicas de prevenção do suicídio no Brasil: Uma revisão sistemática. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 4(2), 334-356.
5. Meleiro, A. T. (2004). *Suicídio: estudos fundamentais*. São Paulo: Segmento Farma.
6. Ministério da Saúde, República Federativa do Brasil (2016). DATASUS. *Sistema de informações sobre mortalidade (SVS/SIM/MS)*. Brasília: Ministério da Saúde.
7. Ministério da Saúde. República Federativa do Brasil (2016). DATASUS. *Dados de mortes violentas e suicídios no Brasil. DATASUS*. Brasília: Ministério da Saúde.
8. OECD. (2014). *Society at a Glance 2014: The Crisis and its Aftermath*. Paris: OECD.
9. Puesto de Pericia Integrada del 13°. Departamento de Policía Civil de Minas Gerais: Certificados de defunción en suicidios, por la Morgue de Conselheiro Lafaiete (2014 -2016).
10. Trigueiro, A. (2015). *Viver é a melhor opção - a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo*. São Paulo: Correio Fraternal.
11. Vanrell, J. P. (2016). *Manual de medicina legal - tanatologia*. Rio de Janeiro: JHMizuno.
12. WHO (2013). *Comprehensive mental action plan*. Genebra: WHO.
13. WHO (2014). *Preventing suicide: a global imperative*. Genebra: World Health Organization. Recuperado de <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779>.



TRANSCRIÇÃO DE VÍDEO PARA FUNDAMENTAÇÃO DE APFD (AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO)

Autores: Caroline Marcele de Rezende Faria¹, Danilo Mateus Lopes dos Santos², Iasmin Garcia Carneiro³, Rayner Augusto Silva e Silva⁴

Orientadores: Renata Karla Peres Rodrigues⁵, Romildo Guerra Pinheiro⁶ (Peritos Criminais)

^{1,2,3,4} Universidade Federal de São João del-Rei/MG

^{5,6} 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete/MG

pericialafaiete@gmail.com

Resumo – A análise forense de material audiovisual é composta por diversos métodos científicos que subsidiam investigações criminais. Genericamente podemos dizer que as técnicas de áudio e vídeo buscam extrair, dos registros, vestígios e evidências de forma clara e objetiva que venham a construir o Laudo Pericial relacionado à matéria.

Como os registros audiovisuais vêm se tornando extremamente frequentes em nosso dia-a-dia, em função da popularização de aparelhagem de captura e armazenamento de imagens, tal metodologia passou a ser cada vez mais solicitada como meio de prova. O presente trabalho descreveu imagens, de interesse criminalístico, contidas em uma mídia (DVD) enviada a exames pela Autoridade Policial; efetuando-se a transcrição temática do vídeo, com o objetivo de identificar correlações/semelhanças de elementos característicos nas vestes de um indivíduo suspeito da autoria de múltiplos incêndios de grande porte no município de Conselheiro Lafaiete. A metodologia utilizada foi a de captura das condutas gravadas pelas câmeras através de softwares; observação direta, comparação com os padrões

enviados a exames e descrição final. A comparação das imagens estudadas com algumas peças das vestes do suspeito (camisa e boné) que foram remetidos à 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística - Posto de Perícia Integrada de Conselheiro Lafaiete/MG; resultou em estreitas semelhanças com a vestimenta trajada pelo suspeito na data do cometimento de pelo menos um dos crimes em questão.

Os exames realizados concluíram a comprovação de autoria do suspeito, ainda em estado de flagrante delito.

Palavras-chave – Flagrante delito - incêndio criminoso - transcrição de vídeo

Abstract – Forensic analysis of audiovisual material is composed of several scientific methods that subsidize criminal investigations. Generically we can say that audio and video techniques seek to extract, from the records, traces and evidence in a clear and objective way that will build the Forensic Report related to the matter. As audio-visual records

have become extremely frequent in our daily lives, due to the popularization of cameras and storage equipment, this methodology has been increasingly requested as a means of proof. The present research described images of criminal interest contained in a media storage device (DVD) sent to examinations by the Police Authority; with the thematic transcription of the video, with the purpose of identifying the correlations/similarities of characteristic elements in the vestments of an individual suspect of multiple large fires in the city of Conselheiro Lafaiete.

The methodology used was to capture the conducts recorded by the cameras through software; direct observation, comparison with the standards submitted for examinations and final description. The comparison of the studied images with some pieces of vestment of the suspect (shirt and cap) that were sent to the 2nd Regional Technical Section of Criminology - Integrated Forensic Station of Conselheiro Lafaiete/MG; resulted in close similarities to the vestment worn by the suspect on the date of at least one of those crimes. The examinations carried out confirmed the suspect as the author of the crime, still in flagrante delicto state.

Key-Words – Criminal fire - flagrante delicto - video transcript.

I. INTRODUÇÃO

Nos meses de julho, agosto e setembro/2018 ocorreram pelo menos três arrombamentos seguidos de furtos e incêndios em estabelecimentos comerciais (uma casa lotérica, um supermercado e uma loja de confecções) com perdas de grande

monta no município de Conselheiro Lafaiete/MG, causando imediato anseio da sociedade local pela identificação do(s) autor(es), frente a significativa perda dos comerciantes afetados que ademais dos prejuízos econômicos, também resultara em várias demissões frente à necessidade de tempo para reconstrução de todo patrimônio perdido.

Houve intensa mobilização social e midiática junto às instituições de segurança pública requerendo a identificação e prisão do(s) responsável(is) pelos incêndios; gerando, inclusive temor de eventuais novos episódios enquanto o autor continuasse impune.

Segundo o art. 250 do Código Penal Brasileiro “causar incêndio, expondo a perigo, a integridade física ou o patrimônio de outrem” há a previsão de pena de reclusão, de três a seis anos, e multa ao autor deste delito.



Figura 1. Panorâmicas de dois dos imóveis incendiados; observando-se a extensão dos danos.

Sob investigação e imediatamente após o último dos incêndios (que atingiu a loja de confecções em setembro/2018), foram obtidas imagens de câmeras de vigilância externas e adjacentes ao imóvel afetado que revelaram um suspeito transitando pelas circunvizinhanças. Referidos “frames” foram analisados e comparados às indumentárias trajadas pelo possível autor, quando conduzido à Delegacia de Polícia Civil de

Conselheiro Lafaiete, em estado de flagrância delitiva; e, constavam de blusa de moletom de cor clara bem como um boné de tonalidade escura. Posteriormente, foram confrontadas as imagens em que o envolvido se apresentava com referidas blusa e boné.

Este trabalho contou com a participação direta dos estagiários/graduandos do curso de Engenharia de Telecomunicações da UFSJ em atividade na 2ª. STRC de Conselheiro Lafaiete.

O objetivo deste trabalho foi descrever as imagens de interesse criminalístico contidas na mídia enviada a exames, efetuando-se a transcrição temática do vídeo, com o objetivo de identificar correlações de elementos característicos nas vestes (igualmente remetidas ao Setor Pericial para confronto), passíveis de identificação.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

- Observação, descrição e captura das condutas gravadas pelas câmeras, utilizando software adequado (Final Cut Pro®).
- O trabalho de observação e análise das referidas imagens do vídeo realizou-se através da execução do mesmo, capturando os “frames” que melhor representassem a totalidade das faces das vestes, gerando amostras de imagens a fim de comparar elementos relevantes de identificação.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado o confronto das imagens

capturadas pelas respectivas câmeras, com a camisa e boné remetidos à 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística - Posto de Perícia Integrada de Conselheiro Lafaiete/MG. De acordo com a Figura 01, pode-se observar que o suspeito trajava boné e calça de tonalidade escura, blusa de tom claro com fecho (supostamente do tipo éclair) na porção anterior, símbolo em forma de “C” na porção posterior, mangas compridas, bolsos e capuz com corda.



Figura 2. Ilustração evidenciando a porção frontal e posterior do suspeito, capturada pelas câmeras de segurança.

Cada item especificado na Figura 02, ilustra as seguintes vestes:

1. Boné de tonalidade escura;
2. Capuz;
3. Corda para moletom;
4. Bolso;
5. Fecho do tipo éclair;
6. Símbolo em forma de “C” na porção posterior da blusa.

Por fim, referidas vestes, como mostram as Figuras 03 e 04, foram confrontadas com as imagens das câmeras de segurança. Os itens

supracitados evidenciaram que as indumentárias apreendidas guardavam estreitas semelhanças com as mesmas utilizadas pelo suspeito no dia da consumação de pelo menos um dos crimes em questão.



Figura 3. Ilustração indicando as faces anterior posterior da blusa.



Figura 4. Fotografia do boné apreendido.

IV. CONCLUSÃO

Cotejados os elementos identificadores, confrontados aos “frames” / fotografias obtidas, pôde-se caracterizar a compatibilidade das referidas vestimentas, atribuindo a autoria de pelo menos um dos sinistros investigados ao suspeito em questão, ainda em estado de flagrante delito. Tal fato se deu em virtude da celeridade e qualidade dos trabalhos de transcrição e comparação dos arquivos levados a exames.

REFERÊNCIAS

1. Pedro Monteiro da Silva Eleutério, Marcio Pereira Machado. Desvendando a computação forense. Editora Novatec, São Paulo, 2010.
2. Secretaria de Segurança Pública. Procedimento operacional padrão: Perícia Criminal/Secretaria Nacional de Segurança Pública: Ministério da Justiça, 2013.



ANÁLISE QUÍMICO-METALGRÁFICA E IDENTIFICAÇÃO VEICULAR (CLONAGEM)

Autores: Bruna Maria Paterline Novais Abreu¹, Josianne Karla Silva², Thassianna Saara Santos Ferreira³, Welberth Santos Laizo⁴

Orientadores: Gilmar Dias Rodrigues⁵, Tadeu Alves Lara⁶ (Peritos Criminais)

^{1,2,3,4} Universidade Federal de São João del-Rei/MG

^{5,6} 2ª Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete/MG

pericialafaiete@gmail.com

Resumo – A análise químico-metalográfica destina-se à recuperação de gravações que foram suprimidas em superfícies metálicas. Adultrações em chassis ou motores de veículos bem como em numerações de armas de fogo são delitos cada vez mais frequentes e os Peritos Criminais são os responsáveis por examinar tanto os veículos para recuperação do NIV (Número de Identificação Veicular) como armas de fogo para eventual revelação da numeração serial. O objetivo do presente trabalho foi viabilizar a revelação de vestígios materiais latentes dos sinais identificadores originais do veículo questionado, adquirido através de compra virtual e sob investigação por suspeita de clonagem, aplicando as técnicas metalográficas. Para a realização do exame metalográfico a peça questionada, que apresentou seus caracteres originais identificadores suprimidos (chassi), recebeu polimento na superfície a ser examinada e, a seguir, foi realizado ataque químico apropriado. O que macrograficamente se constatou, em consequência da ação do reativo, resultou do contraste que se estabeleceu entre as áreas de

composição química diferentes ou entre as de cristalizações distintas. O contraste revelou que certas regiões escureceram mais do que outras, recuperado caracteres suprimidos e permitindo a identificação do veículo adulterado com posterior restituição ao proprietário.

Palavras-chave – Clonagem de veículo - identificação veicular - metalografia

Abstract – The chemical-metallographic analysis is intended for the recovery of marks that have been impressed into metal surfaces. Adulterations in vehicle chassis or engines as well as firearms numbers are increasingly frequent crimes and the Forensic Scientists are responsible for examining both vehicles for recovery of the Vehicle Identification Number (NIV) and firearms for possible disclosure of serial numbering. The objective of this research was to make possible the disclosure of latent material traces of the original identifying signs of the questioned vehicle, acquired



through virtual purchase and under investigation for suspected cloning, applying metallographic techniques. In order to perform the metallographic examination, the questioned piece, which presented its original characters suppressed (chassis), was polished on the surface to be examined and then an appropriate chemical attack was carried out. What was micrographically verified, as a consequence of the action of the reaction, resulted from the contrast that was established between the different chemical composition areas or between the different crystallization areas. The contrast revealed that certain regions darken more than others, recovering suppressed characters and allowing the identification of the adulterated vehicle with subsequent restitution to the owner.

Key-Words – Metallography - vehicle cloning - vehicular identification.

I. INTRODUÇÃO

Na data de 25 de março de 2018, a Autoridade Policial requisitante solicitou à Perícia o levantamento técnico pericial com o fito de determinar a identificação do veículo automotor de marca/modelo TOYOTA/COROLLA que apresentava placas de identificação alfa-numérica HI*-*327 (onde “*” representa caractere alfa-numérico, ocultos nos anexos fotográficos, para preservação do anonimato do proprietário do veículo), como demonstrado nas Figuras 1 e 2.

Dos identificadores de originalidade veicular, constatou-se:

- Indícios de lixamento e regravação da numeração dos vidros;
- Alteração do *locus* de gravação da numeração do motor;
- Vestígios de lixamento e regravação da numeração do chassis;
- Suspeita de inidoneidade da etiqueta holográfica auto-destrutível afixada originalmente na coluna da porta dianteira direita.

Referido levantamento técnico fora procedido com o auxílio de 04 (quatro) estagiários, graduandos do curso de Engenharia Química da Universidade Federal de São João del-Rei, às expensas de convênio firmado entre a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e esta douta Instituição.

Desta forma, objetivou-se através do exame químico metalográfico e vistoria técnica veicular a idoneidade do sequencial alfa-numérico das numerações do chassi e do motor, bem como das características da etiqueta holográfica auto-destrutível do veículo em questão. A título de ilustração/comparação foram incluídos alguns anexos fotográficos de veículo original, de mesma marca e modelo.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

O exame da etiqueta holográfica auto-destrutível procedeu-se apenas sob visualização direta e comparação com etiqueta-padrão.

Posteriormente, realizou-se o exame da numeração do motor por meio de visualização direta conforme previsto no Manual de

Criminalística (ZAJACZKOWSKY, 2012).

Finalmente, para a realização do exame metalográfico no sequencial alfa-numérico do chassi, que apresentava seus caracteres identificadores originais suprimidos, iniciou-se o procedimento realizando o polimento na superfície. A seguir foi realizado ataque químico apropriado para revelação de vestígios materiais latentes dos sinais identificadores do fabricante, neste caso, utilizando-se a solução de Bessmann (composta por Álcool Etílico, Ácido Clorídrico, Cloreto Férrico e Cloreto de Cúprico), após limpeza local com o solvente Thinner (composto por Acetato de Etila, Tolueno e Álcool Anidro). Foram feitas duas aplicações com duração de 50 minutos cada, intercaladas por lavagem em água abundante com secagem posterior e lixamento fino à superfície em questão.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise das características da etiqueta holográfica auto-destrutível, constatou-se

diferenças no padrão alfa-numérico dos caracteres desta; ausências de micro-destrutibilidade (tratando-se de adesivo comum) e componente holográfico na impressão daquela, conforme demonstrado na Figura 3.

Quanto à numeração do motor, viu-se que a mesma fora gravada em local diverso do original e fora dos padrões do fabricante, como mostrado na Figura 4.

Do sequencial alfa-numérico do chassi = 9BRBB42E7B5134781, como mostrado na Figura 5, notou-se desalinhamento do conjunto com a estrutura suporte, bem como a altura/espacamento dos caracteres entre si. Igualmente, pôde-se observar a sobreposição de regravação dos caracteres, revelando-se o antepenúltimo e o penúltimo números (62). Destarte, constatou-se a numeração de chassi original = 9BRBB42E7B5134621 conforme mostrado na Figura 6.



Figura 1. Comparativo de vista posterior, onde o veículo da esquerda corresponde ao examinado e o da direita, o de referência.

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223



Figura 2. Comparativo de vista anterior, onde o veículo da esquerda corresponde ao examinado e o da direita, o de referência.



Figura 3. Correlata às etiquetas adesivas auto-destrutíveis, onde: esquerda - veículo examinado, central - veículo de referência, e direita - holografia constatada neste.



Figura 4. Referencial à discrepância de localização das numerações de motor: esquerda - veículo examinado, direita - veículo de referência.



Figura 5. Denotativa dos sequenciais alfa-numéricos dos chassis: superior - veículo examinado, inferior - veículo de referência.

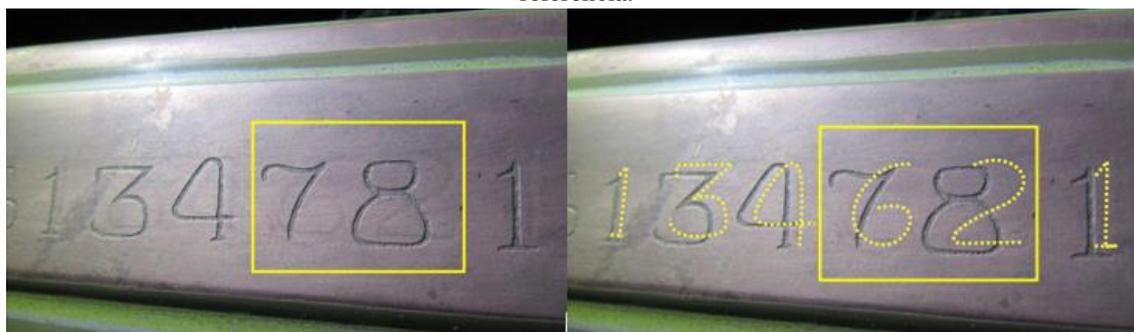


Figura 6: Fotografia parcial do chassi do veículo examinado, evidenciando à direita o sequencial alfa-numérico subjacente original.

IV. CONCLUSÃO

O que macrograficamente se pôde constatar, em consequência da ação do reativo de Bessmann no exame metalográfico, resulta do contraste que se estabelece entre as áreas de composição química diferente ou entre as de cristalização diferente. O contraste decorre do fato de certas regiões escurecerem muito mais do que outras. No presente caso, após os exames procedidos, constatou-se a irregularidade dos identificadores do veículo TOYOTA/COROLLA HI*-*327, donde foi possível identificá-lo originalmente como o de chassi = 9BRBB42E7B5134621.

REFERÊNCIAS

1. ZAJACZKOWSKI, R. E. Manual de Criminalística. 2 ed. Ciudadela: Dosyuna Ediciones Argentinas, 2012.
2. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Identificação Veicular. Disponível em: <<http://ead.senasp.gov.br/modulos/educacional/cursos/cursos>>. Acesso em: 03 out. 2018.



CRÍTICA A UTILIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DE UMA SOCIEDADE DELINQUENTE

André Militão de Lima*

¹Mestre, Bacharel e Licenciado pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, Brasil; Pós-Graduado em Direito Penal e Pós-Graduando em Direito Processual Penal pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus, São Paulo, Brasil.*E-mail: andre_lima106@hotmail.com

Resumo – O objetivo deste artigo é apresentar uma crítica à utilidade político-econômica de uma sociedade delinvente, conceito apresentado por Michel Foucault por meio de sua metodologia genealógica, que propõe a análise de arquivos e documentos para entender a atualidade. Assim, partindo desse conceito foucaultiano, será analisado o ciclo de delinquência instituído nas sociedades modernas, mais especificamente, no Estado brasileiro, apresentando estatísticas criminais do estado de São Paulo encontradas em documentos públicos como uma maneira objetiva para exibir uma realidade social conturbada.

Palavras-chave: Delinquência, poder, instituições.

Abstract – The objective of this article will be to present a Critique of the Political-Economic Utility of a Delinquent Society, a concept presented by Michel Foucault through his genealogical methodology, which proposes the analysis of archives and documents to understand the actuality. Thus, starting from this Foucauldian concept will be

analyzed the cycle of delinquency instituted in modern societies, more specifically in the Brazilian State, presenting specifically criminal statistics of the State of São Paulo through public documents as an objective way to demonstrate a troubled social reality.

Key-words: Delinquency; power; institutions.

I. INTRODUÇÃO

O pensador francês Foucault propõe em seus escritos da década de 1970 uma reflexão sobre as relações de poder em uma sociedade e quais os mecanismos de poder que controlam os fenômenos ligados à população, como natalidade, mortalidade e violência.

Baseando-se em sua concepção genealógica, exige-se não mais uma análise pura e abstrata da práxis, mas sim a observação de documentos históricos. Desse modo, o pensador busca no acontecimento sua “modalidade de análise”, objetivando “diagnosticar o que acontece na



atualidade”¹ (Castro [1]).

Partindo dessa ideia, a análise será delimitada a documentos históricos como a Constituição Federal Brasileira [2], estatísticas da Segurança Pública do Estado de São Paulo [3], indicador de Desenvolvimento Humano [4] e apresentação do Índice Gini [5], para então, pensar a questão da segurança, penalidade e prisão na sociedade brasileira.

Iniciando uma análise da Constituição Federal de 1988 [2], é importante destacar que, além de prever direitos fundamentais, fixou metas estatais, tais como a erradicação da pobreza. Ao analisar-se esse documento, pode-se observar a existência de elementos orgânicos, limitativos, socioideológicos e de estabilização constitucional como um mecanismo essencial ao seu funcionamento.

Esses elementos constitucionais se referem à organização da estrutura do Estado (orgânico), limitam o exercício do poder do Estado ao fixar direito às pessoas (limitativos), fixam uma ideologia para o Estado (socioideológico) e buscam a estabilidade em caso de tumulto institucional (estabilização constitucional).

Todos esses pontos devem ser analisados juntamente com os Índices de Desenvolvimento Humano [4] e o Gini [5], não devendo ser observados isoladamente, uma vez que se inter-relacionam. Portanto, é necessário o conhecimento de diversas áreas, a fim de se conseguir observar os fenômenos sociais e sua complexidade, pois há elementos jurídicos, filosóficos e criminológicos na análise do tema proposto.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

O método de investigação do presente estudo empírico e consistiu na observação desses de indicadores estatísticos de crimes; e Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini, bem como sua aplicação na práxis social. Nota-se que é importante observar os números contidos nesses materiais, a retórica política (argumentos) e os fatos em si para ser possível analisar os fenômenos sociais da delinquência como uma das fontes da ciência da criminologia.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crítica à utilidade político-econômica de uma sociedade delinquente

A Constituição Brasileira de 1988 [2] traz como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, sendo que direitos como saúde, educação, alimentação e moradia são considerados básicos para um desenvolvimento humano pleno e saudável. Tais condições também são garantidas pelo artigo 6º da Carta Republicana, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, à proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição.” [2].

Portanto, existem princípios norteadores expressos em lei que deveriam ser efetivados, contribuindo, então, para que tenhamos uma sociedade saudável do ponto de vista social. A deficiência estatal em efetivar tais direitos



proporcionam a instalação de um ciclo de delinquência social, em que os indivíduos assumem seu papel em um ciclo completo de delinquência. Segundo Foucault:

A utilidade econômica-política da delinquência pode ser facilmente desvelada: primeiro, quanto mais houver delinquente, mais haverá crimes; quanto mais houver crimes, mais haverá medo da população; e, quanto mais houver medo da população, mais aceitável e mesmo almejavél se tornara o sistema de controle policial. A existência desse perigo interno permanente é uma das condições de aceitabilidade desse sistema de controle. Isso explica porque, nos jornais, na rádio, na TV, em todos os países do mundo, sem nenhuma exceção, se dá tanto espaço à criminalidade, como se a cada novo dia se tratasse de uma novidade. (Foucault, p. 264, [6])

Na citação, Foucault [6] afirma aspectos de interesse político e econômico na manutenção de uma sociedade delinquente. Antes de existir crime, ocorre uma degeneração dos princípios constitucionais, pois, a falta de condições dignas de desenvolvimento para qualquer ser humano, cria-se um cenário propício a conduzir qualquer cidadão para a delinquência, que pode ser entendida como a falta de esclarecimento.

Logo, quanto menor a autonomia e capacidade de esclarecimento, mais crimes existirão, pois os indivíduos tendem a praticar delitos por fatores em sua grande parte externos, oriundos do meio em que ele vive. Não trata-se de questões meramente oriundas dos indivíduos, mas sim de um conjunto de fatores oriundos do meio em que se insere o

sujeito que ocupa espaços em uma estrutura complexa, criando relações de poder.

A falta de condições que propiciem que um indivíduo busque um melhor desenvolvimento social gera por vezes graves consequências. Uma delas é o ciclo de delinquência, que causa medo em uma sociedade que busca medidas rápidas e eficazes para sua prevenção. Essas medidas normalmente são efetivas, mas não se prolongam. A polícia é usada como uma medida de controle social, chegando às periferias com armas, bombas e todo o rigor da lei penal, contribuindo com a inserção de mais atores no sistema penal, que mais tarde retornarão à sociedade.

É necessário lembrar o imenso sistema prisional no Brasil, que apresenta mais de 500 mil presos, perdendo apenas para os EUA e China [7], e que mantém o ciclo vicioso da delinquência. Assim, constata-se a existência de uma sociedade violenta, que nem ao menos procura prevenir a delinquência.

Segundo Penteado Filho [8], “o crime não é uma doença, mas sim um grave problema da sociedade que deve ser resolvido por ela”. Ao contrário da ideia de que a violência é inerente aos indivíduos, ela é uma construção na qual questões biopsicossociais devem ser analisadas diante de um ciclo complexo de violência social. Devem-se buscar medidas de prevenção delitiva que alcancem os indivíduos e, principalmente, o ambiente em que estes vivem, pois existem medidas primárias, secundárias e terciárias de prevenção delitiva [8]. A prevenção primária:

Ataca a raiz do conflito (educação, emprego, moradia, segurança, etc.) Aqui desponta a inelutável necessidade de o estado de forma célere implantar os



direitos sociais progressiva e universalmente, atribuindo a fatores exógenos a etiologia delitiva. A prevenção primária liga-se à garantia de educação, saúde, trabalho, segurança e qualidade de vida do povo, instrumentos preventivos de médio e longo prazo. (Penteado Filho, 2012, p. 139, [8])

A prevenção inicial retrata os direitos sociais previstos na Constituição brasileira de 1988 [2], com o objetivo de garantir condições mínimas de dignidade humana. Portanto, a efetivação dos dispositivos constitucionais seria uma estratégia política capaz de contribuir com a sociedade ao criar condições de equilíbrio social.

Já a prevenção secundária destina-se a “setores da sociedade que podem vir a padecer do problema criminal e ligando-se à ação polícia programas de apoio, controle das comunicações, etc.” (Penteado Filho [8]).

O último método de prevenção delitiva, elencado como prevenção terciária, é aquela “voltada ao recluso, visando suas recuperações e evitando a reincidência (sistema prisional); realiza-se por meio de medidas socioeducativas, com a laborterapia, a liberdade assistida, a prestação de serviços comunitários, etc.” (Penteado Filho [8]). Assim, apresenta-se a concepção criminológica de prevenção delitiva ao se analisar os métodos da prevenção terciária, buscando diminuir o índice de criminalidade presente em todos os locais no mundo, mas que varia de acordo com questões biológicas, políticas e sociais.

Logo, serão apresentado índices utilizados pelos estados como forma de mensurar a realidade social dos países, pois, antes de serem conceitos abstratos, demonstram questões político-

econômicas e criam condições para que os filósofos modernos busquem uma nova metodologia de análise da atualidade.

Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como alguns de seus principais objetivos erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento social global [9]. Para tanto, o programa analisa 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para considerar o desenvolvimento humano dos países participantes, sendo eles:

- Erradicação da pobreza
- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Igualdade de gênero
- Água potável e saneamento
- Energia acessível e limpa
- Vida na água
- Vida terrestre
- Trabalho decente e crescimento econômico
- Indústria, inovação e infraestrutura
- Redução das desigualdades
- Cidades e comunidades sustentáveis
- Consumo e produção responsáveis
- Ação contra a mudança global do clima
- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação
- Fome zero e agricultura sustentável [9]

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, são



um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Esses 17 objetivos foram construídos com o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo novos temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos. (PNUD, [9])

Hoje o PNUD [9] atua em aproximadamente 170 países, fornecendo suporte para governos para integrarem os ODS em seus planos e políticas nacionais de desenvolvimento, integrando parcerias entre governos, setores privados, sociedade civil e cidadãos comuns para garantir às gerações futuras melhores condições de vida no planeta.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen, fazendo-os ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 1998 [10]. Essa medida é capaz de propiciar uma melhor observação de fatores como a renda, educação e saúde, que influenciam o desenvolvimento humano de uma determinada região [10]. Portanto, tal índice amplia a perspectiva de entendimento da esfera social, contrariando uma observação pura e simples de apenas um indicador econômico, como o Produto Interno Bruto (PIB), que informa apenas a dimensão econômica do desenvolvimento de um país.

O PNUD criou um *ranking* mundial de IDH entre os mais de 170 países participantes,

publicando o Atlas de Desenvolvimento Humano, sendo que, no Brasil, foi criado um *ranking* entre os 5.565 municípios existentes, demonstrando um panorama nacional acerca desses indicadores [4].

Para tanto, o PNUD classificou todos os países participantes como “muito alto”, “alto”, “médio” e “baixo” IDH, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – *Ranking* IDH global

Ranking IDH Global	País	IDH 2014
Muito Alto Desenvolvimento Humano		
1	Noruega	0,944
2	Austrália	0,935
3	Suíça	0,93
4	Dinamarca	0,923
5	Países Baixos	0,922
6	Alemanha	0,916
6	Irlanda	0,916
8	Estados Unidos	0,915
9	Canadá	0,913
9	Nova Zelândia	0,913
11	Singapura	0,912
12	Hong Kong, China (SAR)	0,91
13	Liechtenstein	0,908
14	Suécia	0,907
14	Reino Unido	0,907
16	Islândia	0,899



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

17	Coreia (República da)	0,898
18	Israel	0,894
19	Luxemburgo	0,892
20	Japão	0,891
21	Bélgica	0,89
22	França	0,888
23	Áustria	0,885
24	Finlândia	0,883
25	Eslovênia	0,88
26	Espanha	0,876
27	Itália	0,873
28	República Tcheca	0,87
29	Grécia	0,865
30	Estônia	0,861
31	Brunei Darussalam	0,856
32	Chipre	0,85
32	Qatar	0,85
34	Andorra	0,845
35	Eslováquia	0,844
36	Polônia	0,843
37	Lituânia	0,839
37	Malta	0,839
39	Arábia Saudita	0,837
40	Argentina	0,836
41	Emirados Árabes Unidos	0,835
42	Chile	0,832

43	Portugal	0,83
44	Hungria	0,828
45	Bahrein	0,824
46	Letônia	0,819
47	Croácia	0,818
48	Kuwait	0,816
49	Montenegro	0,802
Alto Desenvolvimento Humano		
50	Belarus	0,798
50	Federação Russa	0,798
52	Omã	0,793
52	Romênia	0,793
52	Uruguai	0,793
55	Bahamas	0,79
56	Cazaquistão	0,788
57	Barbados	0,785
58	Antígua e Barbuda	0,783
59	Bulgária	0,782
60	Palau	0,78
60	Panamá	0,78
62	Malásia	0,779
63	Maurício	0,777
64	Seicheles	0,772
64	Trinidad e Tobago	0,772
66	Sérvia	0,771
67	Cuba	0,769

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

67	Líbano	0,769
69	Costa Rica	0,766
69	Irã (República Islâmica do)	0,766
71	Venezuela (República Bolivariana da)	0,762
72	Turquia	0,761
73	Sri Lanka	0,757
74	México	0,756
75	Brasil	0,755
76	Geórgia	0,754
77	São Cristóvão e Nevis	0,752
78	Azerbaijão	0,751
79	Granada	0,75
80	Jordânia	0,748
81	Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,747
81	Ucrânia	0,747
83	Argélia	0,736
84	Peru	0,734
85	Albânia	0,733
85	Armênia	0,733
85	Bósnia-Herzegovina	0,733
88	Equador	0,732
89	Santa Lúcia	0,729
90	China	0,727
90	Fiji	0,727
90	Mongólia	0,727

93	Tailândia	0,726
94	Dominica	0,724
94	Líbia	0,724
96	Tunísia	0,721
97	Colômbia	0,72
97	São Vicente e Granadinas	0,72
99	Jamaica	0,719
100	Tonga	0,717
101	Belize	0,715
101	República Dominicana	0,715
103	Suriname	0,714
104	Maldivas	0,706
105	Samoa	0,702
Médio Desenvolvimento Humano		
106	Botswana	0,698
107	Moldávia (República da)	0,693
108	Egito	0,69
109	Turcomenistão	0,688
110	Gabão	0,684
110	Indonésia	0,684
112	Paraguai	0,679
113	Palestina, Estado da	0,677
114	Uzbequistão	0,675
115	Filipinas	0,668
116	El Salvador	0,666
116	África do Sul	0,666

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

116	Vietnã	0,666
119	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,662
120	Quirquistão	0,655
121	Iraque	0,654
122	Cabo Verde	0,646
123	Micronésia (Estados Federados da)	0,64
124	Guiana	0,636
125	Nicarágua	0,631
126	Marrocos	0,628
126	Namíbia	0,628
128	Guatemala	0,627
129	Tajiquistão	0,624
130	Índia	0,609
131	Honduras	0,606
132	Butão	0,605
133	Timor-Leste	0,595
134	Síria, República Árabe da	0,594
134	Vanuatu	0,594
136	Congo	0,591
137	Quiribati	0,59
138	Guiné Equatorial	0,587
139	Zâmbia	0,586
140	Gana	0,579
141	Laos, República Democrática Popular do	0,575
142	Bangladesh	0,57

143	Camboja	0,555
143	São Tomé e Príncipe	0,555
Baixo Desenvolvimento Humano		
145	Quênia	0,548
145	Nepal	0,548
147	Paquistão	0,538
148	Mianmar	0,536
149	Angola	0,532
150	Suazilândia	0,531
151	Tanzânia (República Unida da)	0,521
152	Nigéria	0,514
153	Camarões	0,512
154	Madagascar	0,51
155	Zimbabué	0,509
156	Mauritânia	0,506
156	Ilhas Salomão	0,506
158	Papua-Nova Guiné	0,505
159	Comores	0,503
160	Iêmen	0,498
161	Lesoto	0,497
162	Togo	0,484
163	Haiti	0,483
163	Ruanda	0,483
163	Uganda	0,483
166	Benin	0,48
167	Sudão	0,479



168	Djibouti	0,47
169	Sudão do Sul	0,467
170	Senegal	0,466
171	Afeganistão	0,465
172	Costa do Marfim	0,462
173	Malawi	0,445
174	Etiópia	0,442
175	Gâmbia	0,441
176	Congo (República Democrática do)	0,433
177	Libéria	0,43
178	Guinea-Bissau	0,42
179	Mali	0,419
180	Moçambique	0,416
181	Serra Leoa	0,413
182	Guiné Equatorial	0,411
183	Burkina Faso	0,402
184	Burundi	0,4
185	Chade	0,392
186	Eritrea	0,391
187	República Centro Africana	0,35
188	Níger	0,348
Outros países e territórios		
	Coreia (República Popular Democrática da)	..
	Marshall, Ilhas	..
	Mônaco	..

	Nauru	..
	São Marino	..
	Somália	..
	Tuvalu	..

Fonte: PNUD Brasil, 2014. [4]

Também foi publicado que o Brasil possui uma população aproximada de 204.806 milhões de habitantes (sendo que a população do estado de São Paulo possui cerca de 20% – cerca de 40 milhões de habitantes), com 9,96% de pobreza, cuja renda *per capita* está em R\$ 1.056,80 e o IDH 0,754, considerando todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável apresentados acima, ocupando a 75ª colocação de um total de 188 países [4]. Importante observar que o Brasil está entre os países com alto desenvolvimento humano, existindo, ainda, países com médio e baixo desenvolvimento humano.

Índice Gini

O Coeficiente de Gini, também conhecido como Índice de Gini, retrata um método matemático com o propósito de mensurar a distribuição de renda em uma determinada localidade. Foi desenvolvido em 1912 pelo matemático Conrado Gini com o objetivo de demonstrar uma noção matemática entre igualdade e desigualdade, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, nas sociedades modernas capitalistas. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo PNUD [4], o Brasil aparece com índice de 0,591, quase no fim da lista de 127 países,

exatamente na posição 70^a, demonstrando estar entre os países com mais concentração de riquezas, ou seja, poucos possuem muito dinheiro e a maioria vive com pouco.

Esses dados podem levar uma objetividade para questões consideradas abstratas. Para complementar essa análise, serão apresentados a seguir indicadores criminais do estado de São Paulo para delimitar o aspecto da delinquência de maneira regionalizada.

Indicadores criminais no estado de São Paulo

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo publica mensalmente indicadores criminais do estado como forma de efetivar a publicidade da respectiva pasta, apresentando a Produtividade Policial do ano de 2018 – ainda não concluído –, bem como a ano de 2017, com os indicadores de:

- Ocorrências com porte de entorpecentes
- Ocorrências de tráfico de entorpecentes
- Ocorrências com apreensão de entorpecentes
- Ocorrências de porte ilegal de arma
- Número de armas de fogo apreendidas
- Número de flagrantes lavrados
- Número de infratores apreendidos em flagrante
- Número de infratores apreendidos por mandado
- Número de pessoas presas em flagrante
- Número de pessoas presas por mandado
- Número de prisões efetuadas
- Número de veículos recuperados

- Total de inquéritos policiais instaurados (Governo do Estado de São Paulo [3])

Tabela 2 – Produtividade policial

2018			
(mês de novembro e dezembro ainda não contabilizado)			
Natureza	Nov	Dez	Total
OCORRÊNCIAS DE PORTE DE ENTORPECENTES	18.212
OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES	41.351
OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE ENTORPECENTES (1)	3.436
OCORRÊNCIAS DE PORTE ILEGAL DE ARMA	4.402
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	11.164
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	90.057
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	13.000
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	3.729
Nº DE PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	108.003
Nº DE PESSOAS PRESAS POR MANDADO	66.909



Nº DE PRISÕES EFETUADAS	148.809
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	54.069
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	315.230

Nº DE PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	133.670
Nº DE PESSOAS PRESAS POR MANDADO	74.297
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	175.957
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	75.826
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	396.560

2017 (Somatória da produtividade policial no Estado de São Paulo)	
Natureza	Total
OCORRÊNCIAS DE PORTE DE ENTORPECENTES	26.984
OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES	49.346
OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE ENTORPECENTES (1)	4.140
OCORRÊNCIAS DE PORTE ILEGAL DE ARMA	5.770
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	15.597
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	111.626
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	18.778
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	5.118

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2018) [3].

Importante ressaltar que, na metodologia apresentada acerca dos índices criminais, é feito um comparativo do mês do ano anterior com o atual; como exemplo, tem-se que o número de inquéritos policiais instaurados em janeiro de 2017 foi de 31.850, contra 30.633 do mesmo mês do ano de 2018, sendo que essa variável é apresentada em porcentagem. Esse método é utilizado em todas as tabelas deste texto.

Tabela 3 – Taxa de delito¹

Ano	Homicídio Doloso por 100 mil habitantes	Furto por 100 mil habitantes
1999	35,27	1.073,39
2000	34,18	1.073,59

¹ - Até 2000: Dados da Res SSP 150/95.

- 2001: Dados da Res SSP 160/01.

População residente: Fundação SEADE.

Projeções de população flutuante para estâncias turísticas:

Fundação SEADE.

Para os municípios que são considerados estâncias turísticas, a população flutuante utilizada para as taxas do ano de 2012 a 2015 foram projetadas.

Os dados estatísticos do Estado de São Paulo são divulgados nesta página em data anterior à publicação oficial em Diário Oficial do Estado (Lei Estadual nº 9.155/95 e Resolução SSP nº 161/01). No período compreendido entre a divulgação inicial e a publicação oficial em Diário Oficial, há possibilidade de retificações que são atualizadas automaticamente nesta página.

(* a pesquisa por ano é funcional somente nas estatísticas mensais.

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

2001	33,3	1.173,68
2002	31,25	1.220,22
2003	28,57	1.406,38
2004	22,58	1.447,66
2005	18,05	1.441,18
2006	15,29	1.393,99
2007	12,19	1.309,33
2008	10,96	1.210,88
2009	11,18	1.296,55
2010	10,49	1.229,03
2011	10,08	1.301,45
2012	11,53	1.300,37
2013	10,5	1.283,28
2014	10,06	1.210,46
2015	8,73	1.150,67
2016	8,12	1.187,49
2017	7,54	1.180,52
Ano	Roubo por 100 mil habitantes	Furto e Roubo de Veículo por 100 mil habitantes
1999	604,33	610,16
2000	581,97	635,67
2001	586,27	573,85
2002	589,55	504,79
2003	647,89	485,53
2004	568,11	498,78
2005	565,84	503,93

2006	538,8	463,9
2007	542,71	408,62
2008	539,26	393,68
2009	629,72	434,15
2010	564,96	410,93
2011	566,44	443,27
2012	567,27	466,62
2013	607,66	509,42
2014	729,29	519,13
2015	714,08	439,86
2016	745,56	435,61
2017	695,83	395,09
Ano	Furto por 100 mil veículos	Roubo por 100 mil veículos
1999	-	-
2000	-	-
2001	1.010,91	883,18
2002	887,99	703,21
2003	837,56	627,46
2004	835,9	588,88
2005	829,32	564,16
2006	731,01	479,2
2007	595,31	394,09
2008	548,73	339,04
2009	549,64	374,16
2010	490,85	333,98
2011	478,51	360,47



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

2012	465,82	374,58
2013	475,5	401,98
2014	494,07	397,46
2015	416,05	295,65
2016	405,87	285,19
2017	373,22	241,31
Ano	Furto e Roubo de Veículo por 100 mil veículos	
1999	-	
2000	-	
2001	1.894,09	
2002	1.591,20	
2003	1.465,02	
2004	1.424,79	
2005	1.393,48	
2006	1.210,22	
2007	989,4	
2008	887,77	
2009	923,8	
2010	824,82	
2011	838,98	
2012	840,39	
2013	877,48	

2014	891,53
2015	711,7
2016	691,06
2017	614,54

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2018) [3].

Tabela 4 – Ocorrências policiais por ano²

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
1999	12.818	390.144	219.654	221.774
2000	12.638	396.952	215.181	235.036
2001	12.475	439.630	219.601	214.948
2002	11.847	462.543	223.478	191.346
2003	10.954	539.220	248.406	186.155
2004	8.753	561.271	220.261	193.380
2005	7.076	564.960	221.817	197.546
2006	6.057	552.304	213.476	183.799
2007	4.877	524.017	217.203	163.537
2008	4.432	489.434	217.966	159.124
2009	4.564	529.187	257.022	177.197
2010	4.325	506.653	232.897	169.402
2011	4.193	541.139	235.523	184.311

²- Até 2000: Dados da Res SSP 150/95.

- 2001: Dados da Res SSP 160/01.

Os dados estatísticos do Estado de São Paulo são divulgados nesta página em data anterior à publicação oficial em Diário Oficial do Estado (Lei Estadual nº 9.155/95 e Resolução SSP nº 161/01). No

período compreendido entre a divulgação inicial e a publicação oficial em Diário Oficial, há possibilidade de retificações que são atualizadas automaticamente nesta página.

(* a pesquisa por ano é funcional somente nas estatísticas mensais.



2012	4.836	545.373	237.915	195.701
2013	4.443	542.888	257.068	215.510
2014	4.293	516.551	311.214	221.532
2015	3.758	495.334	307.392	189.349
2016	3.521	514.892	323.274	188.881
2017	3.294	515.595	303.906	172.559

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2018) [3].

Na tabela 4, tem-se que, em 2017, foram registrados em Boletins de Ocorrência um total de 3.294 homicídios dolosos, 515.595 furtos, 303.906 roubos e 172.559 roubo ou furto de veículos. Já no ano de 2016 foram registrados 3.521 homicídios dolosos, indicando uma diminuição em 227 vidas em relação ao ano anterior (2015), porém, quando tais dados são apresentados em porcentagem, a informação não é vista pelo usuário de forma tão impactante.

Tais índices evidenciam um número assustador, pois mostram como a sociedade no estado de São Paulo é extremamente delinquente. Em 2017, foram roubados e furtados 172.559 veículos, sendo uma média de 14.379,91 veículos por mês, 472,76 por dia, 19,69 por hora, ou seja, 0,32 por minuto ou quase um veículo a cada três minutos. O mesmo

cálculo pode ser feito para o número de roubos, chegando a 832,619 por dia, 34,69 por hora, 0,57 por minuto, ou seja, 1 roubo a cada minuto.

Tabela 5 – Ocorrências policiais registradas por mês³

2018			
Natureza	Jan	Fev	Mar
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	262	237	267
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	277	246	281
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7	4	4
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	10	4	5
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	228	214	256

³ FONTE: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

- Soma de Roubo - Outros, Roubo de Carga e Roubo a Banco.
- Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.
- Nº de Vítimas de Homicídio Doloso inclui Nº de Vítimas de Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.
- Soma de Estupro e Estupro de Vulnerável.
- (...) Dados não disponíveis.

- Os dados estatísticos do Estado de São Paulo são divulgados nesta página em data anterior à publicação oficial em Diário Oficial do Estado (Lei Estadual nº 9.155/95 e Resolução SSP nº 161/01). No período compreendido entre a divulgação inicial e a publicação oficial em Diário Oficial, há possibilidade de retificações que são atualizadas automaticamente nesta página.

Nota:

Até junho de 2001: delitos por local de registro. A partir de julho de 2001: delitos por local de ocorrência.

(*) a pesquisa por ano é funcional somente nas estatísticas mensais.

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

HOMICÍDIO CULPOSO	15	17	9
OUTROS			
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	333	265	331
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	8	6	8
LESÃO CORPORAL DOLOSA	11.334	10.630	12.276
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6.317	6.002	7.145
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	275	195	283
LATROCÍNIO	23	22	21
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	23	23	22
TOTAL DE ESTUPRO (4)	1.034	999	1.185
ESTUPRO	300	300	312
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	734	699	873
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	23.048	22.245	22.480
ROUBO - OUTROS	22.303	21.496	21.679

ROUBO DE VEÍCULO	4.530	4.508	4.790
ROUBO A BANCO	4	4	5
ROUBO DE CARGA	741	745	796
FURTO - OUTROS	42.673	46.716	41.616
FURTO DE VEÍCULO	8.278	8.058	8.787
	Abr	Mai	Jun
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	252	239	238
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	271	248	247
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3	2	2
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	4	2	2
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	286	249	307
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	10	9	19
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	292	269	281

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	6	4	7
LESÃO CORPORAL DOLOSA	10.938	10.804	10.017
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7.229	6.997	6.457
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	257	274	239
LATROCÍNIO	27	19	23
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	28	20	23
TOTAL DE ESTUPRO (4)	958	1.036	897
ESTUPRO	279	278	257
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	679	758	640
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	22.784	24.208	22.207
ROUBO - OUTROS	22.013	23.537	21.424
ROUBO DE VEÍCULO	4.941	5.173	4.898
ROUBO A BANCO	3	9	6
ROUBO DE CARGA	768	662	777

	41.149	41.775	40.770
	8.436	8.140	7.965
	Jul	Ago	Set
FURTO - OUTROS	245	224	220
FURTO DE VEÍCULO	261	233	232
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	4	1	4
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	6	1	5
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	295	285	283
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	19	10	11
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	268	257	288
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	8	1	6
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	9.529	9.749	10.110
TENTATIVA DE HOMICÍDIO			
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE			
LESÃO CORPORAL DOLOSA			

LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6.328	6.634	5.947
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	243	253	258
LATROCÍNIO	21	23	22
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	22	23	22
TOTAL DE ESTUPRO (4)	858	1.048	946
ESTUPRO	250	296	250
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	608	752	696
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	20.441	21.503	19.928
ROUBO - OUTROS	19.706	20.750	19.277
ROUBO DE VEÍCULO	4.490	4.687	4.528
ROUBO A BANCO	6	5	2
ROUBO DE CARGA	729	748	649
FURTO - OUTROS	41.208	43.331	40.096
FURTO DE VEÍCULO	8.168	8.275	7.894
	Out	Nov/ Dez	Total
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	251	...	2.435

Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	264	...	2.560
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3	...	34
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3	...	42
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	277	...	2.680
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	12	...	131
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	307	...	2.891
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	7	...	61
LESÃO CORPORAL DOLOSA	10.885	...	106.272
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6.348	...	65.404

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	264	...	2.541
LATROCÍNIO	27	...	228
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	28	...	234
TOTAL DE ESTUPRO (4)	1.142	...	10.103
ESTUPRO	285	...	2.807
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	857	...	7.296
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	22.310	...	221.154
ROUBO - OUTROS	21.591	...	213.776
ROUBO DE VEÍCULO	5.240	...	47.785
ROUBO A BANCO	6	...	50
ROUBO DE CARGA	713	...	7.328
FURTO - OUTROS	44.805	...	424.139
FURTO DE VEÍCULO	8.594	...	82.595

2017			
Natureza	Jan	Fev	Mar
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	281	296	301

Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	310	312	320
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	5	3	4
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7	4	4
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	244	258	278
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	10	20	13
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	335	326	341
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	2	2	7
LESÃO CORPORAL DOLOSA	11.463	11.415	12.704
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6.741	6.729	8.231

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	270	330	339
LATROCÍNIO	39	34	31
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	40	35	31
TOTAL DE ESTUPRO (4)	895	794	978
ESTUPRO	261	274	338
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	634	520	640
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	26.392	25.179	30.175
ROUBO - OUTROS	25.535	24.303	29.111
ROUBO DE VEÍCULO	5.926	5.752	6.374
ROUBO A BANCO	13	11	11
ROUBO DE CARGA	844	865	1.053
FURTO - OUTROS	42.616	42.978	48.593
FURTO DE VEÍCULO	8.465	8.272	9.872
	Abr	Mai	Jun
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	284	258	242
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	303	273	258

HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3	6	5
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3	7	5
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	303	325	299
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	12	17	17
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	340	317	292
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	0	1	4
LESÃO CORPORAL DOLOSA	11.132	11.096	10.062
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7.340	8.566	7.960
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	252	268	282
LATROCÍNIO	36	32	31

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	36	33	31
TOTAL DE ESTUPRO (4)	875	943	795
ESTUPRO	298	304	243
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	577	639	552
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	25.518	28.235	25.825
ROUBO - OUTROS	24.725	27.288	24.888
ROUBO DE VEÍCULO	5.590	5.904	5.330
ROUBO A BANCO	9	8	5
ROUBO DE CARGA	784	939	932
FURTO - OUTROS	40.487	45.200	42.922
FURTO DE VEÍCULO	8.741	9.411	8.227
	Jul	Ago	Set
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	269	242	266
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	283	265	272
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6	3	4

Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7	3	9
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	367	288	292
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	12	7	15
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	271	285	291
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	3	3	6
LESÃO CORPORAL DOLOSA	9.874	11.143	11.764
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7.677	7.953	7.261
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	204	280	245
LATROCÍNIO	32	20	11
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	32	20	11
TOTAL DE ESTUPRO (4)	884	934	950

- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

ESTUPRO	257	292	289
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	627	642	661
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	24.249	25.564	22.971
ROUBO - OUTROS	23.390	24.545	22.210
ROUBO DE VEÍCULO	5.297	5.465	5.337
ROUBO A BANCO	6	8	2
ROUBO DE CARGA	853	1.011	759
FURTO - OUTROS	40.983	45.265	40.628
FURTO DE VEÍCULO	8.468	9.033	8.662
	Out	Nov	Dez
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	242	284	329
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	268	294	346
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	5	5	3
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	8	6	3

HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	276	249	308
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	10	13	13
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	338	309	368
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	7	8	6
LESÃO CORPORAL DOLOSA	12.240	11.230	12.013
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	7.140	7.013	6.971
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	259	234	222
LATROCÍNIO	20	24	24
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	20	25	24
TOTAL DE ESTUPRO (4)	1.094	1.051	896
ESTUPRO	332	326	295
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	762	725	601

TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	23.863	22.856	21.837
ROUBO - OUTROS	23.006	22.020	20.962
ROUBO DE VEÍCULO	5.625	5.634	5.730
ROUBO A BANCO	9	7	8
ROUBO DE CARGA	848	829	867
FURTO - OUTROS	43.132	42.002	40.789
FURTO DE VEÍCULO	9.069	9.099	7.510
Total			
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	3.294		
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	3.504		
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	52		
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	66		
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	3.487		
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	159		

TENTATIVA DE HOMICÍDIO	3.813
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	49
LESÃO CORPORAL DOLOSA	136.136
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	89.582
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	3.185
LATROCÍNIO	334
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	338
TOTAL DE ESTUPRO (4)	11.089
ESTUPRO	3.509
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	7.580
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	302.664
ROUBO - OUTROS	291.983
ROUBO DE VEÍCULO	67.964
ROUBO A BANCO	97

ROUBO DE CARGA	10.584
FURTO - OUTROS	515.595
FURTO DE VEÍCULO	104.829

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2018) [3].

Neste último indicador, tem-se, por exemplo, o assustador número de estupros ocorridos no estado (3.509) e o estupro de vulnerável com 7.580, totalizando mais de 10.000 vítimas desse horripilante crime.

Portanto, devem-se observar todos esses documentos estatísticos para se pensar a atualidade, pois esses dados enriquecem a análise da delinquência que não deve ser estudada de forma isolada. Portanto, todos os aspectos biológicos, políticos e sociais devem ser observados para que tenhamos uma melhor compreensão da práxis, fugindo de conceitos abstratos corriqueiramente utilizados e enriquecendo a análise em questão.

Gestão da violência institucionalizada

Diante dos dados apresentados, pode-se observar uma gestão e controle da população por meio de números, que não visam evitar, mas gerir a delinquência, encarando-a como um fenômeno social impossível de ser erradicado. Os gestores públicos valem-se de porcentagens e demonstrando que alguns índices diminuíram X%, mascarando uma realidade conturbada, mas presente na vida de qualquer cidadão.

Logo, quando o pensador francês demonstra esse ciclo de delinquência social instalado nas

sociedades modernas, faz também um alerta sobre a necessidade de repensar qual a função do estado, demonstrando a questão econômica como importante nas decisões políticas. Portanto, é necessário repensar o papel do estado na gestão de toda a população.

O discurso político não demonstra a preocupação em garantir condições mínimas de existência, mas sim em fazer uma gestão da população, fornecendo a alguns grupos melhores condições de desenvolvimento humano, deixando outros grupos em condições subumanas de sobrevivência.

IV. CONCLUSÃO

Foi desenvolvido ao longo deste artigo uma análise da filosofia foucaultiana com ênfase em sua genealogia das relações de poder, a partir de documentos públicos de organismos internacionais e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, como uma maneira de trazer a filosofia para uma discussão da atualidade. Esse método proposto é conhecido como a genealogia de Foucault, pois se debruça sobre os documentos históricos em sua imanência e proporciona um olhar mais crítico ao denunciar os interesses em jogo nos processos históricos, rompendo com qualquer finalidade que se atribua à história e permitindo uma nova reflexão sobre os acontecimentos da humanidade e sobre o Brasil.

Começando pelo desenvolvimento dessa genealogia, pode-se evidenciar as malhas de poder que permeiam os acontecimentos, nos quais indivíduos e instituições se constituem por meio de



um conjunto de microrrelações de poder que se intensificam a cada dia na atual sociedade do biopoder.

O poder passa de um simples conceito político a um conceito amplo, capaz de compor a existência da vida de um ser, bem como a de instituições cuja relação se dá entre o exercício de poder e as partes envolvidas, que se constituem em aspectos biológicos, políticos e psicológicos, formando a biopolítica.

Esse método faz reviver os saberes que, longe de ser contra qualquer ciência ou conhecimento preestabelecido, busca ser um obstáculo à manutenção de privilégios, rompendo a definição empobrecida de poder e aumentando seu referencial teórico, mostrando como o poder produz sujeitos, suscita estes a tomarem suas posições e a alcançarem qualquer ponto na sociedade, mostrando-se um mecanismo que circula em nossa sociedade.

Se antes a tática de muitos pensadores era denunciar, o pensador francês busca entender o presente, formando um conhecimento capaz de emergir das rupturas que foram apagadas pelos historiadores. Visando compreender esse poder, esse fenômeno da delinquência foi o meio empregado neste artigo para se chegar a uma nova classificação das relações de poder da atual sociedade, evitando justificativas exclusivamente históricas.

Mostra-se como é possível encontrar nos documentos históricos e nas estatísticas as emergências capazes de mostrar como se governou e ainda se governa, gerindo e articulando toda a sociedade disciplinada. Se antes havia uma disciplina capaz de colocar todos no caminho a ser

percorrido, agora há um controle, ou seja, uma segurança, destinado a alcançar toda a população, que é refém de mecanismos de poder ainda não compreendidos.

Grandes instituições como a escola, o consultório médico, os manicômios e a instituição religiosa implodiram, causando um desmoronamento de suas estruturas, resultado de processos históricos, de luta e de desenvolvimento humano. As tecnologias de poder se rearticulam, criando mecanismos capazes de governar tudo e todos e criam-se espaços de normalidade e anormalidade. Aqueles considerados anormais, antes excluídos, passam a ser objeto-controle e são colocados dentro dos sistemas de utilidades por essas tecnologias de poder, tornando os indivíduos dóceis. Assim, organiza-se uma nova forma de poder, que busca redefinir o papel do governo na administração de toda a população.

Esse é o motivo pelo qual se começa a pensar na questão da segurança, olhando não mais para um indivíduo, mas para toda a população e para seu território. A construção da ideia de corpo do indivíduo e corpo social passa por um território que não mais deve ser controlado, mas gerido. As gestões desse corpo complexo, da sociedade como um todo e de suas instituições foram esmiuçadas ao máximo por Foucault, trazendo à tona novas formas de se compreender as relações humanas.

Por isso, não se pode eliminar qualquer sujeito das relações de poder, pois toda essa imensa engrenagem social é composta por todos, até por aqueles aparentemente desprivilegiados. Qualquer ponto nessa engrenagem possui uma ligação com outra engrenagem, causando efeitos de ação e reação.



Diante desses argumentos, é possível afirmar que a filosofia do poder de Foucault pode ser interpretada, também, como um método destinado a desafiar qualquer ordem estabelecida, colocando em debate pontos garantidos pela tradição e denunciando a arbitrariedade da constituição de qualquer verdade.

Essa trajetória conceitual de Foucault conduz à observação mais atenta dos acontecimentos humanos e essa urgente busca por segurança e pela descoberta dos elementos envolvidos nessa constituição de cidade, com seus fenômenos biológicos, políticos e econômicos. O pensador chega ao território como local em que as engrenagens de poder se encontram, desde elementos naturais, como nosso ecossistema, até elementos novos, como as cidades, com seus fenômenos políticos.

Após essa minúcia da genealogia do poder aplicada aos indicadores sociais e às estatísticas criminais, têm-se condições de pensar sobre um elemento presente em todas as sociedades modernas: a delinquência. Daí a necessidade de se fazer uma análise genealógica dos elementos constituintes de nosso sistema político-econômico, pois, como diz Carl Von Clausewitz (apud Foucault [11]), a política é a continuação da guerra por outros meios.

Foucault, ao costurar esses elementos de poder, decifra-os da própria existência, formando uma genealogia capaz de mostrar como o controle do corpo, por meio da sexualidade, é articulado, gerindo o controle de identidade dos sujeitos. Essa identidade se ligaria a questões econômicas, pois todos devem aderir ao sistema de produção e geração de riquezas, formando um grande ciclo

econômico com suas implicações no modo de vida. Logo, essa temática se constitui na biopolítica, capaz de utilizar essa população na geração de “riquezas, bens, para produzir outros indivíduos” (Castro [1]). Assim, o conceito de biopoder emerge, no qual o Estado passa a ser o ente responsável por manter a política da vida, que passa também a gerir a morte.

Essa genealogia do poder em Foucault mostra uma nova forma de pensar o mundo e procura não mais se manter exclusivamente no passado ao captar problemas modernos como a vida e a morte, trazendo um debate filosófico atual, preocupado com questões econômicas e com seus fenômenos interligados, como a delinquência, a polícia, a educação, a cadeia, a justiça e até a saúde pública.

V. AGRADECIMENTOS

Agradeço à ABCrim – Associação Brasileira de Criminologia pela oportunidade de ter participado no I-Simpósio Brasileiro de Criminologia Forense realizado na Faculdade de Quixadá, Campus Cisne na Cidade de Quixadá no Estado do Ceará.

Agradeço ao Presidente da ABCrim, o Sr. Francisco Geraldo Fernandes de Almeida e a seus familiares pela receptividade e alegria com a qual fui recebido.

Agradeço o Sr. Valter Lacerda de Aguiar pelo convite e por poder proporcionar a participação em um evento acadêmico de Criminologia.

Parabéns aos membros da ABCrim pela sublime atitude com o implemento da Criminologia ao mundo acadêmico, atitude maior não há.

Agradeço aos palestrantes e participantes do Simpósio pela possibilidade de compartilhar ideias com



a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

1. Castro, E. (2009). Vocabulário de Foucault. São Paulo: Autêntica.
2. Brasil. Presidência da República (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
3. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Segurança Pública (2018). Dados Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>
4. PNUD Brasil (2014). Ranking IDH Global 2014. [S. l.]. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>
5. Observatório das Desigualdades (2018). Coeficiente de Gini. Lisboa. Disponível em: <https://observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/17/coeficiente-de-gini/>
6. Foucault, M (2012). Segurança, penalidade e prisão (pp 168-188). Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos & Escritos, VIII).
7. Justificando: mentes inquietas pensam Direito (2018). CNJ divulga os mais recentes dados sobre a população carcerária no Brasil. [S. l.]. <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/>
8. Penteado Filho, N. S. (2012). Manual Esquemático de Criminologia. São Paulo: Saraiva.
9. PNUD Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2018). [S. l.]. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>
10. Francisco, W. C. (2018). O que é Índice de Desenvolvimento Humano? Goiânia: Mundo Educação/Rede Omnia. Disponível em: <https://m.mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-que-indice-desenvolvimento-humano-idh.htm>
11. Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

ANEXO A

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Ao Conselho Editorial da revista Olhar Criminológico (OC)

Área:

Título do Artigo:

Nome(s) do(s) autor(es):

O(s) autor(es) do presente trabalho se compromete(m) a cumprir as seguintes normas:

- 1) Todos os autores relacionados acima participaram do trabalho e responsabilizam-se publicamente por ele.
- 2) Todos os autores revisaram a forma final do trabalho e o aprovam para publicação na revista OC.
- 3) Este trabalho, ou outro substancialmente semelhante em conteúdo, não foi publicado, nem está sendo submetido a outro periódico ou foi publicado como parte de livro.
- 4) O(s) autor(es) concordam em ceder os direitos autorais do artigo à revista REEC e a reprodução total ou parcial do mesmo em outras publicações requer a autorização por escrito da Pós-Graduação, responsável pelo periódico.

Local/Data

Assinatura do Autor Responsável



ANEXO B

CONCESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Esta autorização, devidamente preenchida, datada, assinada pelo autor principal, com firma reconhecida, deverá ser entregue juntamente com a via impressa ou eletrônica do artigo.

Nome:..... endereço

RG ou DNI (para estrangeiros) CPF do(s)
autor(es), elaborou(aram) o original do artigo:

“

.....”, e por ser(em) titular(es) da propriedade literária do mesmo e em condições de autorizar(em) a edição de seu trabalho, concede(m) à OC – Conselho Editorial permissão para comercializar, editar e publicar o citado artigo impresso em papel ou *on line* na Internet, na “OC”, em número e volume ainda a serem definidos pelo Conselho Editorial da revista OC. Essa concessão não terá caráter de ônus algum para o Conselho Editorial da revista OC, ou seja, não será necessário o pagamento em espécie alguma pela utilização do referido material, tendo o mesmo o caráter de colaboração. O(s) Autor(es) compromete(m)-se a assegurar o uso e gozo da obra à revista OC – Conselho Editorial, que poderá explorá-la com exclusividade nas edições que fizer e compromete(m)-se também a não autorizar(em) terceiros a transcreverem ou traduzirem parte ou totalidade da obra sem expressa autorização do Conselho Editorial da revista OC, cabendo ao infrator as penas da legislação em vigor.

O Autor tem ciência de que:

1. A publicação desta obra poderá ser recusada caso o Corpo Editorial da OC, responsável pela seleção dos artigos, não ache conveniente sua publicação, seja qual for o motivo, sendo que este cancelamento não acarretará responsabilidade de espécie alguma e nem a qualquer título por parte do Conselho Editorial da OC;
2. Os Editores, juntamente com a OC – Conselho Editorial reservam-se o direito de modificar o texto, quando necessário, sem prejudicar seu conteúdo, com o objetivo de uniformizar a apresentação.

Data:

Nome do(s) Autor(es) e assinatura:



A B C

Associação Brasileira
de Criminologia



- OLHAR CRIMINOLÓGICO (OC) -

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIMINOLOGIA

Vol. 1 Ano 2, 2018 ISSN 2594-4223

ANEXO C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO

Autorizo a publicação do artigo intitulado:

de autoria de:

Comprometendo-me a não publicá-lo em outro veículo, caso seja aceito.

Entregue em: ___/___/_____

Nome do Autor Responsável:

CPF _____ RG _____

Endereço: _____ nº _____

Complemento: _____ CEP: _____

Cidade _____ Estado _____

País _____

Telefones:

Autor Responsável



ANEXO D

MODELO DO FORMATO DO ARTIGO DA REVISTA ELETRÔNICA

Primeiro A. Autor¹, Segundo B. Autor² e Terceiro C. Autor^{2*}

¹Departamento de Exatas, Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Fundação Regional Educacional de Avaré, Avaré, São Paulo, Brasil; ²Faculdade de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, São Paulo, Brasil;

*E-mail: nonono@hotmail.com

Resumo – Este modelo descreve como preparar o manuscrito. Use este modelo se você estiver usando o Microsoft Word 6.0 ou posterior, ou usá-lo como um guia se sua versão do Word for mais velho. O manuscrito deve usar fonte Times New Roman e 11 do tamanho da fonte. O resumo deve ser em negrito, não ultrapassar 200 palavras e o tamanho da fonte deve ser 10. Todos os símbolos e as abreviaturas devem ser definidos. O resumo sintetiza os principais aspectos do estudo ou das hipóteses investigadas, o delineamento experimental, os métodos utilizados e os achados importantes. Usar uma síntese das conclusões.

Palavras-chave – usar três palavras chaves em ordem alfabética e separadas por vírgulas. Não use palavras do título.

Abstract – This model describes how to prepare the manuscript. Use this template if you are using Microsoft Word 6.0 or later or use it as a guide if your version of Word is older than 6.0. Manuscript should use Times New Roman font and 11 font size. The abstract should not be more than 200 words and should contain no references. All symbols and

abbreviations in the paper should be defined. The abstract summarizes the major aspects of the complete paper beginning with the purpose of the study or the hypotheses investigated, the experimental design and methods used and the most important findings. Include key results or trends and then summarize the conclusions and implications of the paper.

Key-Words – use three key words in alphabetical order and separated by commas. Use words not included in the title.

I. INTRODUÇÃO

Na introdução, a razão para o estudo, a área de investigação, objetivo(s) e/ou hipótese (hipóteses). Faça a cópia e salve este modelo. Para referenciar citações indiretamente no texto, usar números entre colchetes [1]. Para citar referências diretamente, utilizar o sobrenome do primeiro autor seguido do número de referência entre colchetes (exemplo, Marinho [2]). Dois autores (exemplo, Mateus & Oliveira [3]) e mais de dois autores (exemplo, Ferreira *et al.* [4]) devem colocar em seguida o

número de referência entre colchetes se for citar as referências diretamente. Os trabalhos não podem ter mais que 20 páginas incluindo figuras, tabelas e referências.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

Nessa etapa deverá explicar como o estudo foi realizado e como os dados foram realizados. Deverá constar o método de análise estatística.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deverão ser apresentados nesta seção e deverão ser discutidos com embasamento científico.

As tabelas devem ser enumeradas usando números (por exemplo, Tabela 1 e Tabela 2) em ordem a que eles são referenciados. Use o tamanho da fonte Times New Roman de número 10 no título da tabela e número 9 na escrita da tabela (Ver o exemplo da Tabela 1).

Se usar figuras, elas devem ser posicionadas tão próximo quanto possível do local onde elas são referenciadas no corpo do texto. As figuras devem ser enumeradas (por exemplo, Figura 1 e Figura 2) na ordem em que são referidas no corpo do texto (ver o exemplo da Figura 1). Use o tamanho da fonte Times New Roman de número 10 no nome da figura e centralizado. As figuras são fotos, gráficos, histogramas e outros.

Tabela 1. Média e desvio padrão de pH de dois tipos de cortes de carne de frango. Análise estatística ($p < 0.05$).

Tipos de corte	<i>n</i>	Média ± desvio padrão
Coxa/sobrecoxa	121	6.34 ± 0.24 b ¹
Filé de frango	67	5.96 ± 0.27 a
Total	188	-

¹ Teste de Tukey ($p < 0.0001$)



Figura 1. Carne bovina.

IV. CONCLUSÃO

Na conclusão deverá citar as implicações mais importantes dos resultados e as aplicações potenciais dos resultados identificados. Não use na conclusão um resumo da discussão ou uma cópia do resumo.



V. AGRADECIMENTOS

Assistência de órgãos de financiamento, mentores ou suporte técnico é geralmente reconhecido nesta parte do manuscrito. Será utilizado um tamanho de fonte 10 em agradecimentos.

REFERÊNCIAS

As referências devem ser organizadas numericamente, por ordem de citação.

As referências devem ser apresentadas no seguinte formato:

Artigo:

1. Hayes, J. E., Stepanyan, V., Allen, P., O'Grady, M. N., Brien, N. M. & Kerry, J. P. (2009). The effect of lutein, sesamol, ellagic acid and olive leaf extract on lipid oxidation and oxymyoglobin oxidation in bovine and porcine muscle model systems. *Meat Science* 83: 201-208.

Livro:

2. Swatland, H. J. (2000). *Meat cuts and muscle foods*. Nottingham: NottinghamUniversity Press.

Procedimentos:

3. Muguruma, M., Tsuruoka, K., Fujino, H., Kawahara, S., Yamauchi, K., Matsumura, S. & Soeda, T. (1999). Gel strength enhancement of sausages by treating with microbial transglutaminase. In *Proceedings 45th International Congress of Meat Science and Technology* (pp. 138-139), 1-6 August 1999, Yokohama, Japan.

Capítulo de livro:

4. Faustman, C. & K.-W. Wang. (2000). Potential mechanisms by which Vitamin E improves oxidative stability of myoglobin. In E. Decker, C. Faustman, & C. J. Lopez-Bote, *Antioxidants in muscle foods* (pp 135-152). New York: John Wiley & Sons, Inc.

Referências de Web:

O endereço URL completo deve ser administrado juntamente com outras informações, tais como: autor, data de publicação, referência da publicação de origem, referências da Web, etc. Podem ser listados separadamente após a lista de referências sob um título diferente ou incluído na lista de referência.

EDITAL

PROCESSO SELETIVO PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PARA PUBLICAÇÃO NA SEGUNDA EDIÇÃO DA REVISTA OLHAR CRIMINOLÓGICO

O presidente da Associação Brasileira de Criminologia, no uso de suas atribuições normativas, torna público a primeira edição da Revista OLHAR CRIMINOLOGICO, outrossim, regulamenta a submissão, a apresentação e o julgamento dos artigos científico da seguinte maneira:

Art. 1º Compete a Comissão Executiva e Revisão Editorial da Revista OLHAR CRIMINOLÓGICO a decisão final quanto a publicação.

Art. 2º - O manuscrito deve ser escrito em português ou espanhol, bem como encaminhado até o dia 10 de Dezembro de 2018, por meio eletrônico (presidente@abcriminologia.com.br), juntamente com os anexos A, B e C obrigatoriamente.

Art. 3º - Os artigos devem ter relevância com a proposta da Associação Brasileira de Criminologia, qualidade científica e adequação às normas interna, bem como ser inéditos no Brasil e não poder ser submetidos à avaliação simultânea em outro periódico.

Art. 4º - O artigo pode ser escrito em dupla, conquanto cada autor concorra exclusivamente com único artigo científico;

Art. 5º - Os artigos serão avaliados por dois pareceristas anônimos da Comissão Executiva, que por sua vez terão o prazo de dez dias para aceitar, rejeitar ou recomendar reformulações.

§1º - Em caso de discordância entre os pareceristas, o trabalho será encaminhado a um terceiro parecerista que observará o mesmo prazo.

§2º Nos casos de recomendações, será oportunizado ao(s) autor(es) justificção e/ou realização de modificações, devendo para tanto, devolver o trabalho reformulado no prazo máximo de cinco dias.

Art. 6º - Das Disposições gerais:

I - No caso de fraude comprovada, o artigo será excluído automaticamente;

II - A publicação será eletrônica;

III - Os trabalhos submetidos para a publicação, quando não aceitos, ficarão à disposição do(s) autor(es);

IV - O Currículos Lattes do(s) autor(es) poderá ser usado como forma desempate na classificação dos artigos;

V - O ato de inscrição gerará a presunção absoluta de que o(s) autor(es) conhece e que adere às normas, tais como se acham estabelecidas no presente ato;

VI - O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e a simples remessa do original para apreciação da Comissão Executiva, implica em autorização para a sua publicação e demais autorizações dos anexos A, B e C;

VII - Os casos omissos serão decididos, conjuntamente, pela Comissão Executiva;

Quixadá/CE, 14 de Dezembro de 2018.

FRANCISCO GERALDO FERNANDES DE ALMEIDA

Presidente ABCriminologia

presidente@abcriminologia.com.br

